

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

RÉGIS DA CUNHA BELEM

**PERCEPÇÕES SOBRE NATUREZA EXPRESSAS POR AGRICULTORES
ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE BAGÉ (RS)**

**Porto Alegre
Dezembro de 2016**

RÉGIS DA CUNHA BELEM

**PERCEPÇÕES SOBRE NATUREZA EXPRESSAS POR AGRICULTORES
ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE BAGÉ (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Comissão de Graduação de Ciências Sociais
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva

Porto Alegre
Dezembro de 2016

CIP - Catalogação na Publicação

Belem, Régis da Cunha
Percepções sobre natureza expressas por
agricultores assentados da reforma agrária na região
de Bagé (RS) / Régis da Cunha Belem. -- 2016.
54 f.

Orientador: Sergio Baptista da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. percepções de natureza. 2. assentamentos de
reforma agrária. 3. agricultura familiar. I. Silva,
Sergio Baptista da, orient. II. Título.

Régis da Cunha Belem

**PERCEPÇÕES SOBRE NATUREZA EXPRESSAS POR AGRICULTORES
ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE BAGÉ (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Comissão de Graduação de Ciências Sociais
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em 14 de dezembro de 2016

Banca examinadora:

.....

Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva (orientador)

UFRGS/ Depto. Antropologia e PPGAS

.....

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto

UFPel/Depto. Antropologia e Arqueologia e PPGAnt

.....

Prof. Dr. Guilherme F. W. Radomsky

UFRGS/Depto. Sociologia, PPGS e PGDR

Dedico este trabalho aos agricultores e as agricultoras dos assentamentos rurais de reforma agrária dos municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra, região de Bagé (RS).

RESUMO

No Rio Grande do Sul – estado mais meridional do Brasil –, o processo de reforma agrária foi constituído a partir da migração de agricultores sem-terra (público demandante da política), originários de uma região cuja formação social é marcada pela agricultura familiar, para áreas historicamente ocupadas por latifúndios, no Pampa, adquiridas pelo Estado. Passadas três décadas do estabelecimento dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região de Bagé – processo que hoje abrange em torno de duas mil famílias – e no bojo do debate público sobre os resultados da reforma agrária, tem-se indagado sobre os sucessos e fracassos da experiência, particularmente no que se refere à eficácia em termos de produção agropecuária. Animais, cultivos e práticas agrícolas que compunham o saber-fazer desses camponeses na metade norte do estado não puderam simplesmente reproduzir-se no novo ambiente encontrado nas áreas de assentamento, na metade sul do estado. A pesquisa realizada conduziu o foco para as percepções destes agricultores e agricultoras sobre o novo ambiente natural sobre o qual (re)estruturaram suas vidas, distinto daquele de sua origem. Para tanto, a pesquisa a campo, realizada junto a lideranças de agricultores assentados, procurou conhecer suas interpretações sobre sua relação com a natureza a partir do estabelecimento de novas formas de produzir e viver.

Palavras-chave: percepções de natureza; assentamentos de reforma agrária; agricultura familiar

RESUMEN

En Rio Grande do Sul —estado más meridional de Brasil—, el proceso de reforma agraria fue constituido a partir de la migración de agricultores sin tierra (público demandante de la política), originarios de una región cuya formación social está marcada por la agricultura familiar, para áreas históricamente ocupadas por latifundios, en el Pampa, adquiridas por el Estado. Transcurridas tres décadas desde el establecimiento de los primeros asentamientos de reforma agraria en la región de Bagé —proceso que hoy abarca cerca de dos mil familias—, y en el centro del debate público sobre los resultados de la reforma agraria, se ha indagado sobre los éxitos y fracasos de la experiencia, especialmente en lo concerniente a la eficacia en términos de producción agropecuaria. Animales, cultivos y prácticas agrícolas que formaban el saber hacer de esos campesinos en la mitad norte del estado no pudieron simplemente reproducirse en el nuevo ambiente que encontraron en las áreas de asentamiento, en la mitad sur del estado. La investigación que se ha realizado condujo la mirada hacia las percepciones de estos agricultores y agricultoras respecto al nuevo ambiente natural sobre el cual (re)estructuran sus vidas, distinto de aquel de su origen. Para tanto, la investigación a campo, realizada junto a líderes de agricultores asentados, buscó conocer sus interpretaciones sobre su relación con la naturaleza mediante el establecimiento de nuevas formas de producir y vivir.

Palabras clave: percepciones de naturaleza; asentamientos de reforma agraria; agricultura familiar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Croqui da sala de reunião com a distribuição dos participantes.	21
Figura 2 – Croqui do refeitório.....	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A REGIÃO DE BAGÉ A PARTIR DA REFORMA AGRÁRIA	15
2.1 Movimentos sociais: na fronteira entre sociedade civil e Estado	16
2.2 Pronaf Sustentável: o contexto a partir da etnografia de uma reunião	17
2.2.1 Os tempos da reunião	19
2.2.2 O espaço na reunião	20
2.2.3 Na hora da boia	23
2.2.4 Temas em questão	25
2.2.5 Encaminhamentos	27
2.3 <i>Performance</i> e política pública, atores e questões em pauta	28
3 PERCEPÇÕES SOBRE NATUREZA EXPRESSAS POR AGRICULTORES ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE BAGÉ (RS)	31
3.1 Comparando: vida e produção na região norte e região sul do Rio Grande do Sul.....	32
3.2 A contribuição de Tim Ingold.....	37
3.3 Retomando as histórias dos agricultores assentados.....	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O processo de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, em seu período mais recente, iniciado com a redemocratização do país, convive com o problema estrutural referente ao fato de o público demandante da política (agricultores sem-terra) ter origem na região colonial do norte do estado, enquanto os latifúndios adquiridos por meio da desapropriação ou compra de terra para o assentamento desses agricultores concentram-se na região sul do estado (Campanha). Esses agricultores possuíam uma cultura agrícola diversa daquela praticada no Pampa. Espécies de lavoura e criações, pomar, solos e clima eram muito diferentes daqueles de conhecimento e domínio dessa população. De um lado, milho, feijão, trigo, soja, mandioca, abóbora, batata, frutíferas, gado de leite, suínos, aves; de outro, gado de corte, ovelha, cavalo, pouca lavoura. Somavam-se a isso, as dificuldades decorrentes da carência de infraestrutura básica disponível para as novas regiões densificadas e as sucessivas frustrações de safras em um ambiente natural adverso ao conhecimento acumulado. Tendo decorrido mais de trinta anos desde o estabelecimento dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região de Bagé, o questionamento que se coloca é em que medida esses agricultores tiveram a capacidade de estabelecer sistemas agrícolas com sustentabilidade ambiental, econômica e social similar àqueles desenvolvidos nas suas regiões de origem.

Partindo desse quadro, o tema de pesquisa proposto para esta monografia insere-se na busca de elementos que expressem as percepções desses agricultores e agricultoras sobre o novo ambiente natural, diferente daquele de sua origem, sobre o qual estruturam sua nova vida. Para tanto, buscou-se conduzir um trabalho de campo junto a esses agricultores assentados, no sentido de conhecer suas interpretações sobre a relação entre natureza e cultura, a partir da situação concreta que enfrentam: o estabelecimento de uma nova forma de produzir e viver.

Considerava aí residir a resposta à pergunta sobre o porquê de as famílias de agricultores sem-terra com origem na metade norte e assentadas na metade sul do estado expressarem a percepção de que não tiveram a capacidade de estabelecer sistemas agrícolas similares àqueles desenvolvidos nas suas regiões de origem. Essa posição também é corrente entre os agentes do estado – políticos, gestores e técnicos – e as próprias lideranças dos agricultores sem-terra.

Por outro lado, tratando-se da efetivação de uma política pública – reforma agrária –, as relações estabelecidas entre os diferentes atores envolvidos neste processo (Estado e sociedade civil) foi outro tema que esteve presente na condução da pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado junto a agricultores assentados da reforma agrária na região de Bagé, abrangendo projetos de assentamentos localizados nos municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra (RS). Nessa região, nas décadas recentes, foram implantados 54 assentamentos, envolvendo 1.800 famílias de agricultores.

Dado o interesse pessoal e minha inserção profissional à época – técnico da autarquia federal responsável pela condução da política agrária nacional (INCRA), com trajetória profissional junto a colonos descendentes de imigrantes europeus do sul do país –, vislumbrava a possibilidade de a pesquisa contribuir tanto para a qualificação de políticas públicas dirigidas a esse grupo social quanto para o conhecimento gerado no âmbito das ciências sociais com relação à reforma agrária e ao mundo rural.

O bem-estar das famílias de agricultores empobrecidos que aderem à luta pela terra e, em última instância, a viabilidade de um programa massivo de reforma agrária – expressa no questionamento referente ao êxito da reforma agrária – são confrontados, no debate público, com a capacidade dos assentamentos de produzirem efetivamente. Os indicadores esperados, em uma perspectiva de desenvolvimento de cunho produtivista e economicista – ênfase dada no debate público – indicariam a diversificação de produtos agrícolas produzidos, o aumento da produção e da produtividade, refletindo na elevação da renda familiar dos agricultores assentados. Considerando a opção tomada pelo governo estadual e federal de privilegiar assentamentos de reforma agrária na metade sul do estado, em passado recente, o assentamento majoritário de agricultores oriundos da metade norte trouxe dificuldades relativas ao estranhamento que apresentavam em relação ao novo ambiente natural. Completando-se em torno de três décadas dessa política, e considerando que pouco apoio público foi disponibilizado para alterar essa situação, parece-me que contribuições ao balanço desta política podem auxiliar em seu aperfeiçoamento.

Sob o ponto de vista teórico, em primeiro lugar, a pesquisa se constituiu em um momento privilegiado de reflexão sobre questões metodológicas e éticas abordadas ao longo do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, a partir dos desafios colocados no experimentar o trabalho de campo – a partir do estranhamento de uma inserção já construída junto a essa população.

Em segundo lugar, a pesquisa oportunizou o aprofundamento em relação à bibliografia antropológica brasileira sobre campesinato, privilegiando obras que se debruçaram sobre

etnografias do processo de trabalho e a organização das unidades produtivas, ressaltando tanto a organização dos espaços de produção e vida doméstica quanto as relações hierárquicas expressas nas dimensões de gênero e geração, presentes no interior da família camponesa.

Em terceiro, a abordagem de questões relativas à ação pública dos agricultores assentados sob a perspectiva da antropologia (da) política, presentes no primeiro capítulo.

E, principalmente, a aproximação ao debate sobre a oposição natureza–cultura, expresso parcialmente neste trabalho dada a opção tomada de explorar as perspectivas abertas pelo contato com as reflexões proporcionadas pela leitura de Tim Ingold, que busca, justamente, abordagens que fujam dessa tradicional polarização presente na antropologia.

No planejamento da pesquisa, quando da elaboração do Projeto de TCC, busquei aproveitar as “facilidades” advindas de minha inserção enquanto técnico do INCRA, inserindo o trabalho de campo na programação da rotina de trabalho.

Antes de tudo, cabe frisar que o trabalho de campo da pesquisa se articulava com minhas atividades profissionais, atividades essas desenvolvidas junto a agricultores assentados da reforma agrária enquanto agente público responsável pela condução de um projeto de desenvolvimento regional de assentamentos na região de Bagé (RS). Na condição de técnico do INCRA (Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário), as questões presentes neste trabalho compunham tanto o escopo da ação institucional da autarquia quanto a própria ação específica sob minha responsabilidade, a qual eu desenvolvia naquele momento.

Em decorrência de minha inserção profissional à época do “campo”, cabe uma primeira problematização de caráter metodológico – e também ético –, dada pela condução do trabalho de campo em uma situação de exercício profissional não acadêmico.

Na região de estudo, talvez a quase totalidade dos agricultores assentados tenha no INCRA a expressão maior da presença do Estado. O poder local – prefeituras municipais – rivaliza nessa presença ao suprir serviços públicos de saúde e educação. A capacidade da instituição de influenciar a vida dessas pessoas é grande, pois dela dependem investimentos na produção, na habitação, na construção e manutenção de estradas, na disponibilização de técnicos de extensão rural, na fiscalização do “bom” uso do lote de reforma agrária, etc. Atualmente, mais do que em épocas passadas, essa presença se faz sentir. Assim, a circulação de um técnico do INCRA em um assentamento não passa despercebida. E, certamente, para esse grupo, a interlocução deste técnico com agricultores assentados “bisbilhotando” assuntos pertinentes a um “campo” para a monografia em questão não é algo usual. A própria presença no assentamento, bem como o seu percorrer à procura de tal ou qual assentado para ser

entrevistado, causa curiosidade. Na ótica dos agricultores assentados, a interlocução estará ocorrendo não com um “pesquisador da UFRGS” – mesmo que estudante –, mas com um técnico do INCRA.

Considerava que essa situação poderia impor limites para a entrada no campo. Não foi o que ocorreu. Penso que o campo experimentado não apresentou limites que levassem a descartar a possibilidade de sua realização aproveitando da inserção profissional. Com a consciência do limite dado, ela permitiu reflexões sobre sua condução em uma situação tão imbricada com a inserção profissional.

O trabalho de campo planejado previa o desenvolvimento de entrevistas em profundidade com agricultores assentados que se constituíram em lideranças do Movimento dos Sem Terra (MST). A definição das lideranças como **interlocutores privilegiados** ocorreu em função da demanda do Movimento sobre o Governo Federal no sentido da constituição de uma política pública específica para os assentamentos de reforma agrária da região de Bagé. No discurso dessas lideranças, as condições locais “adversas” àquele público constituiriam a especificidade a ser reconhecida em termos de uma política dirigida. Em função da pressão exercida pelas lideranças sobre agentes e espaços governamentais, uma narrativa que exacerbava as *especificidades* foi recorrentemente enfatizada, despertando o interesse de pesquisa. Este tema é abordado na primeira parte da monografia, por meio de um exercício etnográfico sobre uma reunião composta por lideranças dos assentados da região e agentes do governo federal.

As entrevistas foram realizadas no período entre outubro de 2010 e fevereiro de 2011. Elas foram antecedidas por aproximações ao tema realizadas durante o ano de 2009 e 2010, quando dos trabalhos finais das disciplinas “Pesquisa Social II - Métodos Quantitativos”, “Pesquisa Social III - Métodos Qualitativos”, “Etnologia e Etnografia do Brasil I”, “Seminário de Política: Temas de Ciência Política” e “Antropologia da Política”. Por outro lado, parti do conhecimento acumulado em minha experiência profissional, que soma mais de duas décadas de trabalho junto a esse setor de nossa população rural: (1) entre 2006 e início de 2011, debruçado sobre a realidade dos assentamentos rurais da região de Bagé; (2) anteriormente, atuando no apoio a organizações sindicais, associativas e cooperativas de agricultores familiares, notadamente no Rio Grande do Sul, mas com incursões nos outros estados da Região Sul, Norte e Nordeste.

A condução do trabalho de campo sofreu um revés dado pela minha mudança de emprego e o conseqüente afastamento do INCRA. O distanciamento do “campo”, decorrente da nova inserção profissional em outro estado (Paraná), implicou tanto no adiamento da

conclusão do trabalho de final de curso, quanto na insegurança decorrente do impacto que a nova situação poderia provocar na relação construída com os interlocutores. De certa maneira, a dúvida perdura até o momento em que a redação foi concluída, passados cinco anos daquele momento de convivência frequente com os agricultores assentados. Curtas visitas realizadas à região, em setembro de 2011 e em fevereiro de 2012, mostraram que o trabalho de campo poderia ser retomado sem prejuízo das relações anteriormente construídas. Mas, o afastamento físico e novos envolvimento consolidaram o distanciamento das relações construídas. Em função da necessidade de concluir o curso de Ciências Sociais, com a realização do último pré-requisito, a defesa do TCC, optou-se por não dar continuidade ao trabalho de campo e buscar uma redação final do trabalho a partir do material obtido naqueles contatos anteriores.

Como projeto inicial, propunha-me a seguir a orientação dada por Ellen e Klaas Woortmann no livro *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa* (1997), buscando desenvolver uma **etnografia do processo de trabalho**. Em sua etnografia, os autores expõem toda a complexidade da produção camponesa, demonstrando como o processo de trabalho constrói pessoas.

Visava, também, realizar o **resgate da trajetória social** dos agricultores assentados entrevistados. Desde como veem – desde o agora – a vida que levavam em suas regiões de origem; a trajetória anterior de seus pais/avós; aspectos que os conduziram ao engajamento na luta pela terra; a vida no acampamento; a “nova vida” nos assentamentos de reforma agrária.

A partir desse último item, tencionava-se buscar desdobrá-lo no resgate da **trajetória do agricultor-assentado no lote**. Levantar os projetos “produtivos” e projetos de vida – associados – experimentados: os primeiros cultivos e criações; os problemas enfrentados; as novas apostas em termos tecnológicos – seus êxitos e fracassos; como são encaradas, reprocessadas, essas experiências; o projeto almejado para o futuro da sua família e de seu lote; como percebe o futuro desta região e qual seu projeto pessoal – enquanto utopia – para a reforma agrária nestes assentamentos rurais que compõem a região de Bagé.

Como recurso de técnica, pensava em conduzir a entrevista no local de moradia (casa) do agricultor assentado – espaço mais formal – e em caminhadas pelo lote – espaço que deveria permitir maior informalidade. Destaco a caminhada pelo lote como de fundamental importância, recurso que está presente, entre outros, na etnografia desenvolvida em Ellen e Klaas Woortmann (1997).

O resgate da proposta originalmente constante do Projeto de TCC objetiva estabelecer uma referência, contribuindo para a melhor avaliação do executado.

As entrevistas foram realizadas com quatro lideranças (originalmente, propunha um universo de cinco a dez lideranças). Em função do afastamento da região, não foi possível desenvolver longas **entrevistas em profundidade** com essas lideranças. Ocorreu apenas um momento de entrevista com cada um dos interlocutores. No entanto, as entrevistas desenvolveram-se em um contexto em que já existia uma trajetória de contato profissional e conversas pessoais com os interlocutores havia uns quatro anos, aproximadamente, tratando de questões no âmbito do escopo da pesquisa. De qualquer forma, as entrevistas ofereceram elementos que permitiram reflexões bastante ricas. Foi um momento único que possibilitou o resgate e registro de discussões (sempre parciais) havidas em outros momentos, notadamente em ambiente de reuniões.

Os agricultores(a) entrevistados foram¹:

Alberto, natural do município de Severiano de Almeida (norte do Rio Grande do Sul) e assentado no município de Candiota, em torno de 45 anos, liderança regional do Movimento Sem Terra, ex-dirigente de cooperativa de assentados, agente público municipal (legislativo e executivo).

Sidnei, natural de município do norte do Rio Grande do Sul e assentado no município de Hulha Negra, em torno de 45 anos, liderança regional do Movimento Sem Terra, dirigente de cooperativa de assentados, ex-candidato ao executivo municipal.

Ademir, natural do município de Rodeio Bonito (norte do Rio Grande do Sul) e assentado no município de Candiota, em torno de 30-35 anos, liderança municipal do Movimento Sem Terra, técnico com atuação junto às organizações econômicas e sociais ligadas ao MST.

Edi, natural do município de Nonoai (norte do Rio Grande do Sul) e assentada no município de Candiota, em torno de 45 anos, liderança local do Movimento Sem Terra.

¹ Embora originalmente pretendesse utilizar os nomes reais dos interlocutores, a impossibilidade de buscar o consentimento sobre a minha pretensão – dado o meu distanciamento da região –, levou-me a decidir sobre a utilização de nomes fictícios.

2 A REGIÃO DE BAGÉ A PARTIR DA REFORMA AGRÁRIA

A questão relativa ao fato de que o processo de reforma agrária na região de Bagé possui uma dimensão única que lhe atribui uma especificidade a ser considerada na formulação e implementação de políticas públicas para o rural – no caso, reforma agrária –, será aqui evidenciada a partir de sua expressão pública, por meio do relato da ocorrência de um evento (reunião) previsto para permitir a interlocução direta entre lideranças dos agricultores assentados na região e agentes governamentais (governo federal), oriundos de Brasília e da capital do estado, Porto Alegre.

Pensando esta interlocução como compoendo a relação sociedade civil – Estado, antes de seguirmos à frente, cabe estabelecer o que, aqui, se entende por Estado. Para tanto, tomo como referência algumas suposições centrais apresentadas por Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014), quando tratam dos limites das práticas de poder estatais:

1) “O Estado” não é um ente dotado de consciência e intenção, tampouco é uno nem uma “coisa” palpável, senão feixes de relações de poder; 2) se o senso comum (...) toma usualmente a malha da administração pública (...), na definição do direito administrativo público, como sendo “O Estado”, não se deve deixar escapar que tal institucionalização e subjetivação de princípios e funções se dá por meio de leis e normas, em agências e agentes que compõem a sua dimensão organizacional, e nela creem; 3) tal dimensão engendra-se tanto pelo entrelaçamento de redes de pessoas que se (re)agregam de acordo com interesses, compromissos, percepções, adesões, sentimentos, não redutíveis às fronteiras institucionais-doutrinárias ou geográficas legalmente prescritas, quanto pelo estabelecimento de regras de enunciação, de padrões retóricos, isto é, de linguagens específicas; 4) a produção da crença na unicidade, na coerência e na efetividade das práticas de poder da administração pública é um trabalho cotidiano que se impõe com enorme força sobre ações da administração pública e suas extensões, por si, em geral, dissonantes, precárias e contraditórias, produzindo as condições de sua legitimidade e potência, tecendo com os fios da malha administrativa o que é produto de âmbitos a ela totalmente alheios; 5) esse trabalho de (re)produção ideológica faz Estado, produzindo subjetividades e assujeitamentos, agenciamentos, códigos de conduta e moralidades, tão importantes quanto aqueles que estão sancionados sob a forma do que o direito administrativo define como público; 6) os burocratas no cotidiano das agências de administração pública, assim como os produtores intelectuais, a mídia, e mesmo os pesquisadores na área das Ciências Sociais permanentemente procedem a (re)arranjos, (re)configurações, (re)interpretações do que sejam os modos de atender às demandas das coletividades sobre as quais atuam, assim estabelecendo fronteiras (e a crença nelas) do que seja “o Estado”, conferindo-lhe, portanto, a materialidade que as ideias podem ter. (CASTILHO, SOUZA LIMA e TEIXEIRA, 2014, p. 13-14)

Para fins da discussão, gostaria de reter desta passagem as seguintes suposições: “o Estado” é um feixe de relações de poder e não um ente autônomo, com vontade própria e atuação unificada; a dimensão organizacional da administração pública é conformada pelo “entrelaçamento de redes de pessoas que se (re)agregam de acordo com interesses, compromissos, percepções, adesões, sentimentos, não redutíveis às fronteiras institucionais-doutrinárias...”; os agentes estatais “permanentemente procedem a (re)arranjos,

(re)configurações, (re)interpretações do que sejam os modos de atender às demandas das coletividades sobre as quais atuam, assim estabelecendo fronteiras (e a crença nelas) do que seja ‘o Estado’...”. (CASTILHO, SOUZA LIMA e TEIXEIRA, 2014, p. 13-14)

Estas referências parecem-me importantes para questionar as posições que, ou tratam o Estado como um ente que age sobre a sociedade (civil), com sentido unidirecional; ou, em reação, consideram a constituição de “movimentos sociais”, resultando no estabelecimento de relações de conflito com o Estado.

2.1 Movimentos sociais: na fronteira entre sociedade civil e Estado

No campo da literatura sociológica dedicada aos “movimentos sociais”, principalmente, tem se desenvolvido uma reflexão que considera mais complexas estas relações, buscando aprofundar o estudo das fronteiras entre movimentos sociais, sociedade civil e Estado.

Valendo-nos da contribuição de Silva (2015), sublinhamos os limites apontados sobre os modelos analíticos tradicionais que adotam, seja o *pressuposto da externalidade*, quando preconizam a existência de uma clara separação entre movimentos sociais e Estado (política contestatória x política institucional), seja o *pressuposto da confrontação*, quando identificam (ou preconizam) os repertórios de confronto como principal forma de atuação dos movimentos sociais. Para o autor, é possível “pensar movimentos sociais como redes complexas que podem transcender fronteiras entre distintos espaços sociais, tais como o Estado e o mercado, integrando atores destes espaços como parte constitutiva dos movimentos” (SILVA, 2015).

Para Silva (2015), encontramos esses pressupostos presentes na literatura sobre movimentos sociais, servindo mais como obstáculos à apreensão das complexas relações entre movimentos sociais e Estado. O autor considera o caso da literatura norte-americana como exemplo, pois se conformou a partir do estudo de movimentos sociais paradigmáticos que possuíam a característica de seus integrantes encontrarem-se excluídos do processo político eleitoral, caso do movimento dos direitos civis dos negros durante as décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2015).

Para o caso brasileiro, as abordagens teóricas que analisaram os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 tenderam a expressar uma visão dualista entre movimentos sociais e sistema político-institucional e não uma abordagem processual e relacional.

Estas perspectivas teóricas, enfatizando a externalidade dos movimentos sociais em relação aos atores e instituições político-administrativas e os repertórios de confronto como forma central (senão a única) de atuação, mostraram-se relativamente pertinentes para abordar a formação e a atuação de movimentos sociais em contextos autoritários e excludentes. (SILVA, 2015)

Na situação da reunião adiante descrita, evidenciando a perspectiva de Silva (2015), podemos observar a intersecção entre política contestatória e política institucionalizada. O mesmo evento poderia ter uma interpretação em que fosse enfatizada a dimensão contestatória e confrontacional da relação movimento social-Estado. Ou, tendo-se presente as origens e trajetórias dos “agentes do Estado” presentes na reunião, agentes políticos com fortes vínculos com os movimentos sociais rurais (MST e organizações de agricultores familiares) e inserção governamental recente no Governo Lula (2003-2010), ele poderia indicar a complexidade a considerar quando tratamos da relação entre política institucional e política contestatória.

Com estes cuidados, no próximo item temos a descrição da reunião supracitada.

2.2 Pronaf Sustentável: o contexto a partir da etnografia de uma reunião

A reunião etnografada, que designarei “Reunião sobre o Pronaf Sustentável”, ocorreu no dia 18 de agosto de 2010, no assentamento de reforma agrária denominado Roça Nova, no município de Candiota (RS). Estiveram presentes em torno de 40 pessoas, entre lideranças de assentados, dirigentes e técnicos de órgãos do governo federal, técnicos de extensão rural, lideranças políticas locais.

Desde o primeiro semestre de 2009, lideranças dos agricultores assentados na região demandavam a realização de um amplo seminário para discutir e sensibilizar autoridades de Brasília sobre o considerado **problema específico** que atinge os assentados da região. Notadamente, o tema do endividamento dos agricultores com o sistema bancário e o tema da falta de perspectivas de desenvolvimento para a região. Esperavam a presença do presidente do INCRA, do ministro de Desenvolvimento Agrário e da ministra da Casa Civil, quando essa buscava reforçar sua candidatura à sucessão do Presidente Lula.

À época, por falta de maior clareza das lideranças sobre a situação objetiva relativa ao endividamento – careciam de informações sobre o nível de endividamento dos assentados – e a inexistência de uma proposta concreta para apresentar ao governo, as lideranças apenas contaram – no segundo semestre de 2009 – com a presença do presidente do INCRA em uma atividade pública de entrega de caminhões para duas prefeituras municipais, objeto de

convênio com a autarquia, visando à conservação de estradas na região de assentamentos². Neste evento, o presidente do INCRA assumiu o compromisso de constituir uma “patrulha mecanizada regional”, com diversas máquinas e equipamentos para a construção e manutenção de estradas em assentamentos rurais, que seria operacionalizada por meio de convênio entre o INCRA e o consórcio regional de desenvolvimento³.

Em continuidade a este esforço, as lideranças conseguiram realizar, em junho de 2010, um seminário sobre desenvolvimento regional com a presença do ministro de Desenvolvimento Agrário, quando ele anunciou a constituição da “patrulha mecanizada regional”, ratificando o posicionamento anterior do presidente do INCRA (ausente neste evento)⁴. Ao ministro foi exposto o problema específico vivido pelos agricultores assentados na região, dele ouvindo o seu compromisso em encaminhar soluções para o endividamento agrícola e para alternativas de desenvolvimentos da região de assentamentos rurais.

O evento em questão – Reunião sobre o Pronaf Sustentável – representava os desdobramentos consequentes dos compromissos assumidos pelo ministro⁵. Entre o seminário realizado com a presença do ministro e esta reunião, houve um encontro em Brasília contando com a presença do ministro e sua equipe e dirigentes regionais do Ministério e do INCRA, em que foram decididos encaminhamentos para a execução do acordado.

Assim, a reunião sobre o Pronaf Sustentável foi agendada por iniciativa governamental, contando com a presença do superintendente do INCRA no RS, do delegado federal do MDA no RS, e do diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, responsável pelos programas de crédito para a agricultura familiar e reforma agrária.

A reunião realizada pode ser descrita sob diferentes aspectos. Na tentativa de apresentar o observado de maneira sistematizada, a descrição será organizada da seguinte maneira:

- Os tempos da reunião: como a reunião foi “dividida”;
- O espaço na reunião: distribuição dos participantes no espaço (e no tempo);

² BRASIL, 2009.

³ O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão (CIDEJA) foi constituído no segundo semestre de 2009, fruto do debate conduzido no interior do Fórum Regional de Desenvolvimento, Manejo das Águas e Combate aos Efeitos das Estiagens, composto por lideranças dos legislativos e executivos de quatro municípios da região (Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas), bem como de organizações sociais (cooperativas e associações). O INCRA também era convidado a participar das reuniões do Fórum Regional, e, representando-o, participei de algumas reuniões.

⁴ BRASIL, 2010c; 2010b.

⁵ BRASIL, 2010a.

- Na hora da *boia*: o almoço e a disposição dos participantes no refeitório;
- Temas em questão: o conteúdo da reunião;
- Encaminhamentos.

Inicialmente, cabe ressaltar que, em outros momentos de minha atividade profissional desenvolvida nesta região de assentamentos rurais, estive presente em reuniões que ocorreram no mesmo local em questão. Considerando o exercício de afastamento experimentado na ocasião em análise, pude melhor perceber similaridades em relação a outras reuniões coordenadas por lideranças de agricultores assentados no que se refere, por exemplo, à dinâmica da reunião ou à ocupação do espaço físico pelos participantes.

2.2.1 Os tempos da reunião

A reunião teve dois momentos principais: realizados pela manhã, o primeiro momento foi aquele em que os agricultores assentados falaram sobre suas dificuldades; o segundo foi caracterizado pela fala do governo. A tarde foi reservada aos questionamentos e encaminhamentos.

De maneira detalhada, pude observar os segmentos de reunião adiante arrolados:

- (a) abertura das atividades pela liderança que coordenou toda a reunião;
- (b) rodada de apresentação de todos os presentes;
- (c) intervenção inicial do superintendente regional do INCRA no RS;
- (d) intervenção inicial do diretor de Departamento da SAF-MDA;
- (e) intervenção de diversos agricultores assentados;
- (f) nova intervenção do diretor de Departamento da SAF-MDA em que também realiza a apresentação do Pronaf Sustentável;
- (g) almoço;
- (h) rodada de perguntas e respostas dos presentes em relação à apresentação do Pronaf Sustentável realizada;
- (i) encaminhamentos;
- (j) encerramento.

Momento singular e inusitado considerando reuniões similares das quais já havia participado na região – embora não compondo, formalmente, a reunião propriamente dita – foi a realização de um *café da manhã*. Alguns dirigentes ofereceram ao superintendente do INCRA e ao diretor do MDA uma refeição anterior ao início da reunião. Ali, certamente, já

iniciou o assunto da reunião. Como a atividade não estava prevista na programação que tive acesso, acabei por chegar ao local quando o café já transcorria. Sendo surpreendido pelo fato e considerando o momento de chegada, com a necessária “adaptação” a situação, e, ainda, sendo demandado por participantes do café em assuntos de minha atividade profissional cotidiana, não pude exercer a observação do evento tal como gostaria caso pudesse planejá-la. Em torno de uns quinze ou vinte minutos transcorreram entre a minha chegada e o final do café.

A mesa estava composta com pães, doces, queijo e outros alimentos, garrafas térmicas com café, um grupo em torno de cinco pessoas que coordenariam a reunião (liderança, INCRA, MDA, Embrapa), outro grupo com demais participantes do café (técnicos de campo, lideranças de agricultores) – seis ou sete pessoas.

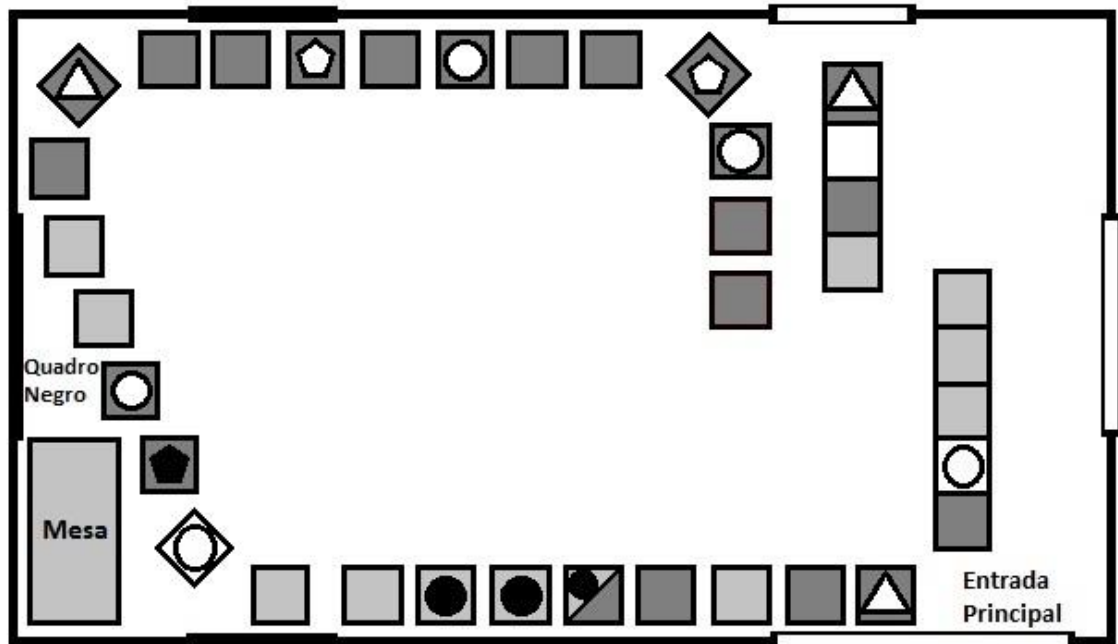
2.2.2 O espaço na reunião

A reunião teve o seu início formal com a abertura das atividades pela coordenação, a apresentação dos presentes e as intervenções iniciais das autoridades convidadas. A chegada, ao longo da manhã, de novos participantes, resultou em cinco apresentações parciais, quando apenas os recém-chegados eram apresentados (apresentavam-se).

Conhecendo aquele espaço físico em que se realizava a reunião de outras oportunidades, quando ali ocorreram outros encontros e reuniões, pude verificar que a disposição dos participantes na sala foi semelhante ao que observara em outros momentos.

De maneira a simplificar a apresentação dessa disposição, valho-me do croqui adiante apresentado.

Figura 1: Croqui da sala de reunião com a distribuição dos participantes.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Legenda:

1. Quadrado com preenchimento cinza-escuro: agricultor assentado;
2. Quadrado com preenchimento cinza-claro: dirigente ou técnico de órgão do Estado (nacional ou estadual);
3. Quadrado branco: outro;
4. Círculo branco no interior de quadrado: técnico de entidade do movimento social (se quadrado cinza-escuro: assentado-técnico; se quadrado branco: apenas técnico);
5. Triângulo branco no interior de quadrado: vereador e assentado;
6. Pentágono no interior de quadrado: agricultor assentado com dedicação integral para a administração de organização econômica (cooperativa);
7. Círculo ou pentágono preto no interior de quadrado: principais organizadores da reunião (coordenador: pentágono preto; dirigentes do MDA e INCRA: círculo preto).

O croqui representado anteriormente permite identificar 37 pessoas presentes, sendo 22 agricultores assentados, 12 técnicos/dirigentes do Estado, e 3 outros⁶.

⁶ O quadrado com dois tons de cinza indica que aquela cadeira foi ocupada, em momentos diferentes, por duas pessoas: um agricultor assentado e um dirigente do MDA.

A partir da leitura da legenda, podem-se inferir outras informações: (a) a presença de cinco técnicos ligados a organizações de agricultores, sendo três deles assentados-técnicos e dois não-assentados e sem vínculos com o Estado; (b) a participação de três agricultores assentados com mandatos legislativos municipais (vereadores), dos quais um ocupava, à época, o cargo de secretário municipal; (c) a presença de três agricultores assentados com dedicação integral na administração de organização econômica (cooperativa).

Quanto à ocupação do espaço, a “frente” da sala corresponde à parede em que se situa o “quadro negro”, em sentido oposto à entrada principal da sala (localizada no final da parede perpendicular à parede da frente). A ocupação da sala pelos participantes ocorreu a partir das cadeiras localizadas junto às outras paredes, partindo da frente em direção ao fundo (porta de entrada), com uma ocupação progressiva, não sem lugares vazios. Assim, foi possível observar que as cadeiras localizadas na frente da sala ficaram reservadas para os coordenadores e convidados (autoridades presentes).

Os convidados, diria que em um sentido aparente de não ocupar o centro da sala e das atenções, dispuseram-se junto à parede do lado esquerdo da sala, considerando o sentido fundo-frente.

Podemos considerar a disposição final dos presentes na sala como resultado da expressão de uma hierarquia “estrutural” e de uma hierarquia “conjuntural” estabelecida entre os participantes, mas, também, pela dimensão temporal, dada pelos diferentes momentos em que os participantes da reunião ocupam os assentos – ou mudam de lugar.

A hierarquia que denomino “estrutural” foi dada pela presença de autoridades convidadas (representantes do governo federal) e de técnicos “locais”, por um lado, e assentados, por outro, com diferentes patamares de liderança reconhecida pelos pares e *outsiders*. Como hierarquia “conjuntural”, considero aquela que, no caso específico dessa reunião, evidenciou as lideranças que participaram diretamente na coordenação da reunião em detrimento, digamos assim, de outras lideranças que, talvez, com maior reconhecimento entre os assentados, não ocuparam o papel de destaque de “coordenação”.

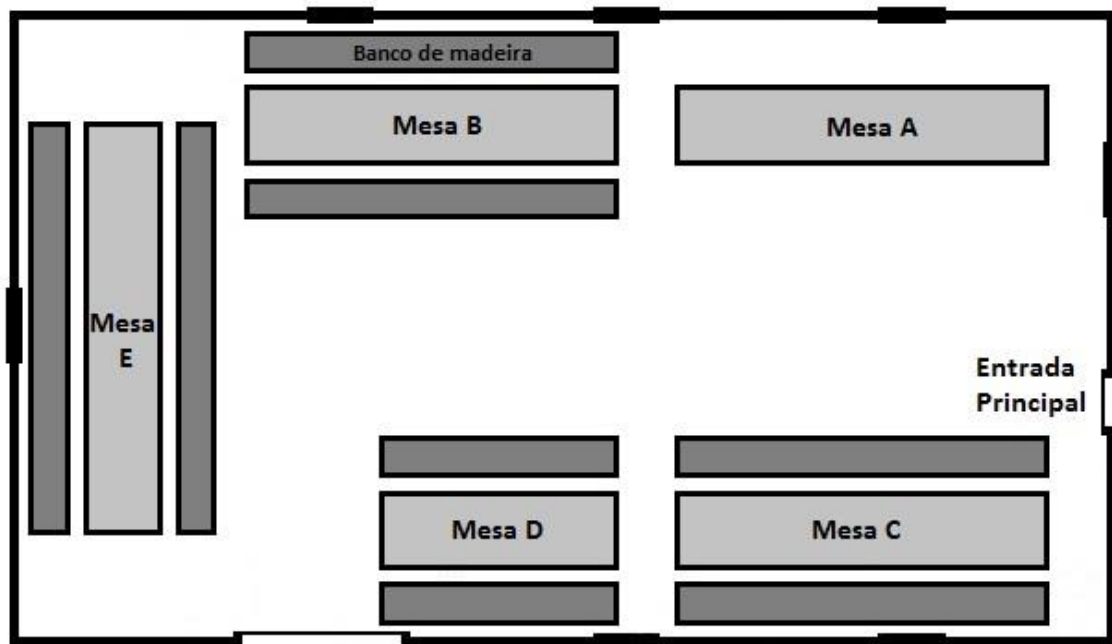
Assim, mesmo com nuances, creio possível observar a constituição de dois polos na disposição espacial dos participantes na sala de reunião, localizados frente-a-frente: o primeiro polo – governo federal – ocupando a parede da esquerda (sentido fundo-frente), constituído por cinco pessoas, sendo três dirigentes, interlocutores principais do governo; o segundo polo – agricultores assentados – ocupando a parede da direita (sentido fundo-frente), constituído por doze pessoas ou mais. A frente da sala, com a presença do coordenador (assentado) e alguns técnicos (governo estadual e entidades locais), parecia propor-se a

constituir um campo “neutro”. O fundo da sala, juntamente com o restante da parede da esquerda pareceu secundarizada, constituindo-se também em local de passagem e permanência transitória de participantes. A percepção da constituição dos polos pareceu evidente quando um dirigente estadual do Ministério, tendo chegado atrasado e permanecido sentado no fundo da sala, assim que uma cadeira vagou junto aos dois outros dirigentes do governo federal, mudou de lugar para junto deles, formando a “bancada” de três.

2.2.3 Na hora da boia

Também no refeitório é possível perceber uma disposição dos presentes que segue um determinado padrão, variável em função da dimensão do evento (pequeno ou grande) e a caracterização dos participantes – no caso, dirigentes do governo federal. Adiante apresentamos um croqui do refeitório, na tentativa de reproduzir a disposição interna de mesas e bancos, com o local onde está disposta a comida para servir e o local para comer.

Figura 2: Croqui do refeitório.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A Mesa A foi utilizada para dispor tanto os pratos e talheres quanto o conjunto de recipientes (panelas e bacias plásticas) contendo as comidas quentes (arroz, feijão, massa, carne) e frias (saladas de alface, tomate, repolho), bem como jarras com suco artificial. Junto à mesa, os participantes da reunião formam uma fila para organizar o acesso aos pratos e à

comida. Filas com mais de dez pessoas acabam tendo o seu final no lado de fora do prédio do refeitório. Assim, ao nos aproximarmos do refeitório, quando está ocorrendo o início do almoço preparado para vinte ou mais pessoas, o que se destaca é uma grande fila organizada no pátio até a porta de entrada do refeitório e, em seu interior, até a mesa com a comida (Mesa A).

Após servirem-se, as pessoas buscam ocupar um lugar nos bancos de madeira (bancos grandes, para seis ou sete pessoas) junto às Mesas B ou C, aquelas mais próximas da mesa em que está disposta a comida. Apenas quando o evento reúne mais de vinte pessoas costuma ocorrer a ocupação de lugares junto às Mesas D e E; foi o que aconteceu no evento em questão.

A disposição no interior do refeitório é um fato significativo porque o almoço se constitui em extensão da reunião. Assim, as relações estabelecidas durante a manhã no espaço formal da reunião não permaneceram congeladas até o momento de sua retomada pela tarde; elas tiveram continuidade no refeitório, espaço considerado informal em relação aos temas em debate⁷. No momento do almoço, quando observamos quem fala com quem, quem come junto a quem – ou, quem **não** fala com quem, quem **não** come junto a quem – temos a certeza de que os rumos da reunião continuam a ser traçados naquele momento, naquele espaço.

Mais uma vez, esta observação pareceu “saltar-me aos olhos” depois de servir-me de comida e encontrar um lugar em alguma mesa com um ou dois companheiros de almoço com os quais pudesse trocar impressões sobre amenidades ou mesmo sobre a reunião. Tendo ficado para o final da fila, pareceu-me “lógico” buscar lugar na Mesa E, aquela que seria ocupada pelos retardatários. Ao sentar-me e iniciar a comer, dei-me conta de sua composição: ela não era uma “simples” mesa, aquela era a “mesa da diretoria”. Isso quer dizer que era uma mesa “reservada”, não explicitamente, mas sob um código compreendido pela maioria dos presentes, para os principais condutores da reunião, os responsáveis pela sua ocorrência, condução e desfecho (com encaminhamentos).

Mas a composição dessa mesa não ocorre sem percalços, pois ela é, de alguma forma, “negociada”. Assim, dificilmente os seus possíveis componentes ocuparão os primeiros lugares da fila para servir-se. Caso alguma liderança esteja na frente, acabará por sentar-se à Mesa B ou C, pois não irá se dirigir para a Mesa E para permanecer sozinho por vários minutos, no aguardo dos demais – até porque outro participante certamente virá lhe fazer

⁷ Não compõe o escopo deste trabalho, mas poderíamos nos debruçar sobre a formalidade inerente aos hábitos à mesa, às “regras de etiqueta” observadas pelos diversos participantes da reunião quando do momento da refeição, do almoço no refeitório.

companhia, desfazendo a possibilidade da “mesa da diretoria”. Agindo desta forma – sendo um dos primeiros a servir-se – demonstrará uma maneira de evitar aquela mesa (o que ela significa/significará) ou ele simplesmente secundarizou a possibilidade, seja por descuido ou mesmo fome. Por outro lado, pessoas “desavisadas” (tal como eu), ou mesmo pela simples ausência de outros lugares, para lá irão se dirigir.

O momento do almoço, seja no refeitório ou no período imediato que o antecede ou precede, parece-me singular para a expressão dos “acessos”: a demonstração por parte de lideranças de agricultores assentados (a coordenação) da sua boa relação – seu acesso – aos membros do Estado, seja o dirigente estadual do INCRA/Ministério ou ao técnico-dirigente do MDA em Brasília⁸.

2.2.4 Temas em questão

Tal como já observara em outras reuniões realizadas na região, tratando do mesmo assunto – endividamento dos assentados, falta de perspectivas de desenvolvimento, etc. – pareceu-me caracterizar uma “estratégia” da coordenação dividir o debate em dois momentos bem demarcados: o primeiro, com a fala dos agricultores assentados, quando discorrem longamente sobre suas dificuldades; o segundo, com a fala do governo, quando este é instado a apresentar soluções e encaminhamentos para os problemas apontados.

O início do Momento 1 ocorreu após a abertura das atividades pela coordenação, da rodada de apresentação dos presentes, das intervenções iniciais dos representantes do governo federal (INCRA e MDA). O coordenador encaminhou, então, que, para expor a situação da região, houvesse uma “rodada” de intervenções dos presentes. Partindo do observado em outras reuniões similares, para mim aquela foi a “senha” para que o maior número de presentes se inscrevesse para falar, principalmente agricultores assentados. Mais de doze pessoas fizeram uso da palavra, ocupando boa parte do período da manhã.

As intervenções dos assentados expressaram percepções sobre, entre outros, o tratamento diferenciado dado à região norte do estado, que consideraria o sul pobre, quando ele é apenas “diferente”; a impossibilidade dos assentados de pagar o crédito de custeio em função da baixa produtividade das lavouras na região, resultado de secas recorrentes

⁸ Para Comerford (1999a), a “coordenação” possui o papel de mediadora entre os convidados, sejam autoridades, técnicos ou assessores, e os demais participantes. Para ele, no momento da reunião é evidenciado um aspecto do poder da coordenação que legitima seus membros e a própria organização: a explicitação das relações entre seus membros e “pessoas importantes” situadas “para fora” ou “para cima” – “...além do alcance cotidiano dos participantes ‘de base’” (p. 62).

(exemplo); os problemas de adaptação da população originária do norte às novas condições; os problemas de infraestrutura na região – com ênfase às estradas e acesso à água; a necessidade de um projeto de desenvolvimento viável para a região, de maneira a evitar o caminho para novos endividamentos; o limite dado pelo atual tamanho do lote de reforma agrária, indicando a necessidade de aumentá-lo; o impacto da construção da Fase C da Usina Termelétrica de Candiota sobre os assentamentos de reforma agrária.

Refletindo o esgotamento do conteúdo das intervenções, ao final da lista das falas dos assentados, um dos últimos a discursar constata/provoca: “Choramos bastante, mas ninguém disse qual é a saída”; e, apontando para a bancada do governo federal, fala: “Temos que esperar deles!”.

Interessante ressaltar que, apesar da afirmação deste agricultor assentado de que ninguém apontou uma saída, o conteúdo do conjunto das falas é repleto de proposições implícitas. A afirmação pareceu, então, mais um recurso discursivo, forjando uma expectativa pela fala do governo que passava, então, a aproximar-se.

As diversas falas dos agricultores assentados realizadas ao longo deste primeiro momento, em que evidenciam um pisar e repisar, de maneiras diferentes, de um mesmo tema, demonstra a importância da reunião para a construção deste universo social nos assentamentos de reforma agrária.

Comerford (1999a), em artigo que ressalta a importância das reuniões para a dinâmica das organizações camponesas, mostra que,

(...) para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as *reuniões* podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar. (COMERFORD, 1999a, p. 47)

Comerford (1999a) destaca que o momento das *discussões* é dos mais importantes da reunião e sublinha o papel exercido pela “equipe de frente”, conjunto minoritário de pessoas (componentes da coordenação, ex-dirigentes, pessoas de destaque do meio sindical/associativo) que concentram o uso da palavra durante as discussões.

Para o autor, desenvolve-se nas *discussões* uma *performance* em que, tal qual um jogo, temos aqueles que intervêm por meio do uso da palavra – os jogadores (“equipe de frente”) – e o público (conjunto dos expectadores). No jogo, buscarão um delicado equilíbrio – sempre

evitando o excesso – entre a visibilidade da própria fala (dada pela sua extensão), a promoção da polêmica (provocações e controvérsia), mas também a capacidade de constituição de consensos.

Discorrendo sobre a capacidade de os dirigentes formularem discursos que se firmam como referência, Comerford expressa que “(...) se essas pessoas tiverem sucesso, o ‘público’ pode passar a se reconhecer cada vez mais nelas e naquilo que elas falam” (COMERFORD, 1999a, p. 66).

Isso tudo aumenta bastante o reconhecimento no âmbito da organização e é certamente um dos elementos que abre e consolida o caminho para as carreiras dos dirigentes. É também um dos caminhos através do qual um certo “senso comum” sobre a organização e a vida sindical ou associativa vai sendo formado e reproduzido, com seus lugares-comuns e sua “sabedoria prática”, formando uma base sobre a qual podem ser construídos os consensos, essas “jogadas” tão valorizadas nas discussões. (COMERFORD, 1999a, p. 66, grifos nossos)

O Momento 2 foi caracterizado pela apresentação do representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, diretor de departamento, técnico-dirigente que viajou de Brasília especificamente para a reunião.

Em seu discurso, o representante do MDA agradeceu a oportunidade e o empenho dos outros dois companheiros de ministério e agradeceu aos agricultores assentados presentes.

Após, evidencia a importância daquele momento de discussão com os assentados, enfatizando expressões como “aprendi muito aqui, hoje, com vocês” e “(...) em um debate com muito calor e emoção”. Na sequência, retoma alguns elementos já postos no debate, como a articulação desenvolvida com o ministério, o empenho do ministro e seus representantes, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores assentados na região, os equívocos passados tanto do governo quanto dos agricultores, a sensibilidade do governo para o tema, as iniciativas propostas para encaminhar as soluções para o problema. Então, passa a discorrer sobre a proposta de implementação na região da recente novidade governamental, o denominado Pronaf Sustentável.

2.2.5 Encaminhamentos

Após o almoço, na parte da tarde, a reunião se torna mais objetiva, sem grandes debates, sem longos discursos, em que se discute: (a) aspectos organizativos e distribuição de vagas em curso de capacitação de técnicos da extensão rural na operação de *software* de execução do Pronaf Sustentável; (b) abre-se uma “rodada” para questionamento e

esclarecimentos dos participantes com relação à apresentação dos representantes governamentais realizada no final da manhã.

2.3 *Performance* e política pública, atores e questões em pauta

Pareceu-me que, sob o ponto de vista dos promotores do evento e principais interessados em um desfecho minimamente positivo para a reunião, os dirigentes e lideranças dos assentados da reforma agrária na região de Bagé, os objetivos da reunião já haviam sido atingidos com a conclusão da primeira parte, realizada pela manhã. Primeiro, os representantes do MDA que ali estavam vinham de um longo processo de apropriação e convencimento da pertinência da demanda regional por parte da estrutura decisória do ministério. Segundo, a condução da reunião desde o primeiro momento, no *café da manhã*, possibilitou resgatar e atualizar – “dar vida”, transformar em uma “pauta quente” a demanda daquelas lideranças. Nesse sentido, a longa sequência de falas das lideranças certamente cumpriu seu papel: *fizeram discursos, falaram bem e bonito*⁹.

Sobre os discursos de lideranças de camponeses e trabalhadores rurais, Comerford (1999b) analisa-os, sublinhando aspectos “performativos” que buscam o envolvimento do público. O autor ressalta que,

todos esses discursos são apresentados como “improvisações”, como falas feitas “no calor da hora”. Não são textos lidos ou decorados. Ainda que isso possa ser relativizado, na medida em que partes dos discursos já foram apresentadas antes em falas ou conversas anteriores em outros contextos possivelmente mais informais, e na medida em que – especialmente em eventos de maior escala, menos “rotineiros” – os discursos possam ter sido previamente esquematizados e preparados, o que ocorre é que há pelo menos uma aparência de uma fala produzida completamente na hora, fluindo diretamente da inspiração do orador, de seu “eu”, o que tende a aumentar a atenção do público. (COMERFORD, 1999b, p. 110)

Por outro lado, evidenciando a possibilidade da percepção do poder de seduzir e iludir do *falar bonito*, quando ele é encarado com desconfiança e algumas vezes utilizado como acusação – “Fulano só sabe falar bonito!”, o autor recorre a Goffman para complexificar a noção de “orador/emissor”. Escreverá:

Goffman (1981: 144-154) propõe a complexificação da análise do “emissor” (*speaker*), decompondo-o em três termos: o “animador” (*animator*), que é aquele que efetivamente, fisicamente, fala; o “autor” (*author*), que selecionou os sentimentos que estão sendo expressos e as palavras que são usadas; e o “responsável” (*principal*), no sentido jurídico desse termo, que é aquele cuja posição é estabelecida pelas palavras que são faladas, alguém cujas crenças e sentimentos são revelados pela fala, e que está comprometido com aquilo que as palavras dizem – uma pessoa com uma identidade e um papel social específico. Há, segundo

⁹ Comerford (1999b).

Goffman, uma expectativa quase “natural” que esses três termos coincidam, ou seja, que aquele que efetivamente fala e gesticula tenha escolhido as palavras e os significados a serem expressos por sua fala e seja responsável por aquilo que é falado, de modo que essas palavras expressem a sua verdadeira pessoa social. (COMERFORD, 1999b, p. 113)

Diferentemente de Bourdieu (1983), o *falar bonito* dessas lideranças, mesmo na presença de autoridades – que suscitaria a censura ou vigilância linguística em função da impossibilidade do uso formal da linguagem – parece afastá-las do uso de recursos linguísticos de que dispõem em favor de um falar mais “incorreto”. Ainda no âmbito da “economia das trocas linguísticas”, podemos, talvez, melhor compreender este *falar bonito*, “pesando” nas incorreções, a partir da “linguagem autorizada” de que nos expõe Bourdieu:

A estrutura da relação de produção lingüística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente lingüístico): a competência é também portanto capacidade de se *fazer escutar*. A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa da competência como *direito à palavra*, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção. (BOURDIEU, 1983, p. 160-161)

Assim, toda a construção e desenrolar da reunião, o desempenho dos representantes governamentais e dos agricultores assentados demonstrou ser aquela a **linguagem legítima**, a linguagem de autoridade.

Em conclusão – e em continuidade ao exposto no início deste capítulo –, parece-me pertinente o debate proporcionado por Veena Das e Deborah Poole (2004), as quais, quando tratam do Estado e suas margens, buscam o distanciamento da imagem de Estado enquanto uma forma administrativa de organização política racionalizada e que se torna enfraquecida ou desarticulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais. Os trabalhos que as autoras reúnem buscam refletir sobre como as práticas e políticas da vida moldam as práticas políticas, de regulação e disciplinares que constituem aquilo que chamamos de “o Estado”. (DAS e POOLE, 2004, p. 3)

No concernente a uma *antropologia das margens*, as autoras consideram que tal perspectiva possibilita uma perspectiva única para a compreensão do Estado. Para Das e Poole (2004), as margens são um suposto necessário do Estado, “tanto quanto a exceção é um componente necessário da regra” (DAS e POOLE, 2004, p. 4).

Localizado sempre à margem do que é aceito como inquestionável controle do Estado (e legitimidade), as margens que exploramos (...) são simultaneamente locais onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e descontrolada e onde o Estado

está constantemente redefinindo seus modos de governar e legislar. Estes locais não são meramente territoriais: eles também são, e talvez mais importante, os locais de prática na qual a lei e outras práticas estatais são **colonizadas** por outras formas de regulação que emanam das necessidades prementes das populações para garantir a sobrevivência política e econômica. (DAS e POOLE, 2004, p. 8, grifos nossos)

Das e Poole (2004) expõem como ênfase do seu trabalho a reflexão sobre as maneiras como as fronteiras conceituais do Estado são estendidas e refeitas, visando garantir a sobrevivência ou a busca de justiça no cotidiano. Para tanto, não consideram as margens como homogêneas, tomam seu caráter indeterminado como forma de quebrar a solidez normalmente atribuída ao Estado. (DAS e POOLE, 2006, pp. 19-20)

A perspectiva de análise do Estado a partir da relação com suas *margens*, tal como proposto por Das e Poole (2004), oferece outras possibilidades para explorar as fronteiras entre movimentos sociais, sociedade civil e Estado. Refletindo a partir do caso específico acima descrito – “Reunião sobre o Pronaf Sustentável” –, e com o apoio da contribuição das autoras, cremos possível considerar elementos/ iniciativas que teriam contribuído ao processo de constituição de uma nova política pública – ou, no *incremento* a uma política já existente – por meio da incidência do Movimento Sem Terra de uma determinada região (Bagé), que buscava reconhecimento à especificidade da reforma agrária naquele ambiente.

Ou, com base na discussão desenvolvida por Patrice Schuch (2015), inspirada em Das e Poole (2006), não seria o caso, então, de caracterizarmos a atuação destes movimentos sociais rurais enquanto *margens* que *colonizaram* o Estado?

3 PERCEPÇÕES SOBRE NATUREZA EXPRESSAS POR AGRICULTORES ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE BAGÉ (RS)

A Reunião sobre o Pronaf Sustentável, realizada em agosto de 2010 e tratada no capítulo anterior, tal como exposto, foi o culminar de um processo iniciado pelas lideranças dos agricultores assentados na região ainda no primeiro semestre do ano anterior. Essas lideranças buscavam sensibilizar as autoridades de Brasília sobre a **condição específica** da reforma agrária na região de Bagé. Naquele momento, o tema mobilizador era o endividamento dos agricultores com o sistema bancário, e, também, a falta de perspectivas de desenvolvimento para a região.

Cabe sublinhar que o tema não era novo. Fruto de reivindicações anteriores, formuladas no mesmo sentido de considerar a condição específica da região, outros movimentos para a sensibilização das autoridades de Brasília (INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário) foram realizados após o início do Governo Lula. Então, ao longo do ano de 2005, um conjunto de atividades de mobilização e levantamento de demandas específicas de cada assentamento e do conjunto dos agricultores assentados foi realizado, resultando em um plano de desenvolvimento regional, nomeado “Plano Regional de Consolidação de Assentamentos”. O **PAC Regional**, seu nome abreviado – e que antecede o homônimo programa nacional de investimentos (PAC) –, previa a aplicação de mais de R\$ 20 milhões em investimentos sociais, produtivos e de infraestrutura nos 54 assentamentos localizados entre os municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra (região de Bagé).

Conforme já exposto na Introdução deste trabalho, enquanto técnico do INCRA eu era o responsável institucional pela coordenação do projeto de desenvolvimento regional – o PAC Regional. Então, fazia parte de minhas atribuições buscar elementos para pensar e sugerir alternativas de desenvolvimento (rural) para os assentamentos rurais. Logo, “as questões presentes neste trabalho [TCC] compunham tanto o escopo da ação institucional da autarquia quanto a própria ação específica sob minha responsabilidade, a qual eu desenvolvia naquele momento” (p. 7).

Tendo acompanhado a parte final da formulação do projeto, e conduzido sua sistematização global – embora após o período de trabalho de campo realizado por consultores contratados –, “uma narrativa que exacerbava as *especificidades* foi recorrentemente enfatizada, despertando o interesse de pesquisa” (p. 8).

O que, efetivamente, deixou marcas tão profundas nestes agricultores e agricultoras?

3.1 Comparando: vida e produção na região norte e região sul do Rio Grande do Sul

A chegada dos agricultores sem terra à região sul do estado do Rio Grande do Sul – a Campanha Gaúcha –, após o período de acampamento, deixou marcas que foram expressas na fala de cada um dos interlocutores. Mais do que uma “terra prometida”¹⁰, a experiência dos tempos difíceis dos primeiros anos – às vezes, além de uma década – e o impacto desse contato com a nova realidade ficam evidentes nas falas:

Para Sidnei,

...sair de uma região e vir para uma região desconhecida; desconhecida do ponto de vista do clima, do solo – claro, cada agricultor e cada pessoa tem uma história –, mas, assim, para o agricultor que era acostumado a fazer algumas atividades de sustentação e aquela atividade de renda, vir para outra região que não é a mesma, é uma dificuldade terrível. Eu acho que é uma das piores coisas que a gente tem. Porque quando tu tá acampado, a expectativa é continuar fazendo o que tu faria... Aí tu cai numa outra região, a tendência é tu continuar. E é o que nós fizemos aqui. Continuamos tentando fazer o que a gente fazia antes, que era plantar principalmente grãos, feijão, milho, soja... E tu vir para uma região que é desconhecida deste ponto de vista, é muito difícil. Nós sofremos muito com isto.

No mesmo sentido, Ademir faz o contraponto com seu município de origem – Rodeio Bonito –, expondo sua visão sobre a nova realidade:

Aqui, foi um choque muito grande, quando chegamos. Nossa família, quando chegamos aqui, a gente teve dificuldade de alimento, na verdade...
[Mesmo com mais terra e sem precisar trabalhar a meias?]
Mesmo sem precisar trabalhar *a meias*. Porque quando nós chegamos, imagina, éramos oito filhos pequenos; o maior tinha catorze anos. Os outros, os mais velhos, já tinham saído. O restante, tudo pequeno, em casa. No início, quando estávamos no acampamento, é uma situação. Tem alimentação, etc. Quando saiu, não. Tu te vira. Aí que começaram as dificuldades. Porque o feijão, tu planta; tá, o feijão, tranquilo. Moinho não tem pra fazer farinha de milho. Se quiser, tem que comprar. E compra com o quê? Se não consegue trocar o milho, não consegue vender o feijão? Não tem o soja pra vender. Compra com o quê? E assim era com outras coisas. Mandioca, tu planta, tem ano que dá, tem ano que não dá. Por causa do solo. Tu planta, tu tem que colher tudo. Antes de entrar o inverno, tens que colher tudo, senão ela apodrece – toda – e fica sem nada. Batata, a mesma coisa. Então, não tens aquela reserva para passar o ano. E até hoje é assim!

Edi fala do período inicial, quando da chegada à região:

Eu digo que a gente patinou, não! Foi a realidade. Eu mesma cheguei aqui, eu queria voltar, eu estranhei muito isso aqui. A gente chegou bem no ano da seca. As barragens estavam secas, a água para tomar era uma dificuldade. Sem condições.

¹⁰ Referência construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a terra conquistada pela luta, onde será estabelecido o assentamento rural. Parece-me, uma atualização do contexto da emigração de camponeses europeus para o Brasil. Nos termos de Ellen Woortmann (2004), quando trata da emigração de camponeses alemães para o Brasil, na Europa do século XIX, com referência à América, à “nova terra”, à *Neues Land*: “Essa nova terra surge num discurso de inspiração bíblica como o *locus* de realização de um espaço designado por Deus para a reconstrução da campesinidade e de uma liberdade ameaçadas...” (p. 24). A autora indica essa perspectiva – *calling* – orientando não apenas a emigração para o Brasil, mas também inspirando o processo migratório interno ao País, caso dos descendentes dos imigrantes europeus que migraram no quarto final do século XX para o Centro-Oeste e Norte (pp. 18-19; p. 64).

Ficamos nos barracos por muito tempo, até que vieram algumas tábuas para construir as casas. A gente não tinha nada... Só tinha uma filha para criar! [risos]

Assim, um agricultor assentado expressou a experiência como “uma dificuldade terrível”, como “uma das piores coisas que a gente tem”. Sintetizou: “Nós sofremos muito isto”. Outro assentado afirmou que “foi um choque muito grande”, sendo que, na chegada à região, a família teve “dificuldade de alimento”, ou seja, fome. Por fim, outra agricultora estranhou muito e “queria voltar”.

É recorrente a referência à vida vivida na região norte do estado, com alusão à casa dos pais, e a como se dava a condução da plantação e da criação naquela situação em contraposição a como se deve proceder – ou não proceder – na região sul do estado.

Com relação aos cultivos, surge como emblemático o caso da **mandioca**.

Alberto sintetiza a importância e a técnica de condução do cultivo da mandioca nas duas regiões:

A mandioca, na região de onde vim (Erechim, Severiano de Almeida, mais especificamente), se plantava mandioca, se colhia no ano a mandioca para o consumo humano, mas para os animais nunca se colhia a mandioca *de ano*, sempre a de dois anos, porque ficava mais grossa. Enfim, você deixava ali e não apodrecia uma raiz. Aqui, se você entrar o mês de maio, junho, com a raiz, sem arrancar ela, ela apodrece. Ela apodrece. Esses dias eu até fiz uma avaliação. Nós temos uma área, que é o lote do meu irmão, que é um pouco mais inclinada e uma terra um pouco mais arenosa^{11, 12}, deixamos entrar o inverno com a mandioca lá. Esses dias eu fui arrancar e não achei mais mandioca. Retiro o pé e só vem um pezinho ao meio e as raízes ficam...

Alberto explica que, na região dos assentamentos – sul do estado –, só é possível plantar a “mandioca de ano”. Conforme sua descrição, o plantio¹³ da mandioca deve ocorrer no mês de setembro-outubro (o ideal é outubro), a mandioca passará um período intermediário em que normalmente ocorre seca (novembro-dezembro-janeiro) e a planta pouco se desenvolve. Apenas em meados de fevereiro, quando começa a chover novamente, a mandioca volta a desenvolver-se. Mas, como em abril iniciam as primeiras geadas, em torno

¹¹ Ellen Woortmann (2004), discutindo o sentido da expressão *gutes Land* como terra boa, “qualidade do solo e do relevo”, apresenta a fala de um colono que enfatiza a necessidade de “ler bem a terra”. Segundo ele, “A terra diz tudo pelo que cresce nela; pelas plantas que ela tem, a gente sabe. Se tem mato fechado, que tipo de árvores cresce lá, como é o tronco, a casca, se ele sobe direto, se as folhas são bem verdes”. O contato com os interlocutores assentados não permitiu o aprofundamento nesta direção. Talvez, penso, possa valer para os agricultores assentados na região de Bagé o sugerido por Woortmann para os gaúchos que foram para a Amazônia, “... a matriz cognitiva referente ao Sul [região colonial, norte do estado] não era adequada ao novo contexto ecológico – ao novo 'texto' a ser desvendado”. (WOORTMANN, 2004, pp. 40-41)

¹² Os camponeses teuto-brasileiros estudados por Ellen Woortmann (2004) designam a parcela de terra destinada ao cultivo da mandioca como *Maniochstück*. O termo parece ser uma composição entre o *gênero* que denomina a *espécie* da mandioca – *Manihot esculenta*, referência no latim – com a categoria identificada de *Stückland* - “pedaço de terra”. (WOORTMANN, 2004, p. 34)

¹³ O plantio da mandioca ocorre enterrando a “maniva”, segmento de um caule, da “rama”, já desenvolvido, maduro, da safra do ano anterior.

do mês de maio é necessário fazer a colheita, arrancar toda a mandioca. Um pouco da mandioca deve ser guardada para o consumo humano, e, para o gado, “tens que dar a mandioca que ainda não se desenvolveu”.

Ela resiste o período crítico, daí ela fica um pouco parada, se dá uma chavinha ela desenvolve um pouco, e ela pega desenvolver fevereiro ou março, enraizar nesse período aí. Abril ela já não consegue mais enraizar, engrossar a raiz, porque começa um período frio, já começam as primeiras sapecadas.

Por que que aqui, normalmente, tem que comprar a rama de mandioca de fora? Porque nem a maturação da rama acontece. Tem vez que não acontece. O ano que chove mais ou menos, ela acontece. Mas o ano que dá seca, ela não faz a maturação, porque o desenvolvimento dela é final de verão, ali, já pegando outono, e ela tentando engrossar a rama e a raiz, ao mesmo tempo. Logicamente, o ano que dá umas chavinhas boas no verão até dá uma boa produção.

Mas, na região de origem do Alberto, no Alto Uruguai, é diferente:

O plantio da rama de mandioca, lá, é em julho-agosto. No final de julho-agosto, já está plantada. Se ocorrer uma estiagem em dezembro, dezembro normalmente é um período mais crítico, mas até ali ela praticamente está com raiz. No mês de dezembro, tu arranca a mandioca pra consumir. Aqui, tens que arrancar em abril. A mandioca que está pronta aqui em abril, planta a rama em dezembro – claro que não é toda a região. Para a região Alto Uruguai, ela tem esta característica. Um pouco mais para o Centro, tem a característica de frio mais prolongado. Mas, mesmo assim, agosto-setembro o plantio da rama de mandioca é sagrado, lá...

Então, colhe no inverno, e vai embora... Passa o inverno todo colhendo mandioca, não tem problema nenhum. Não precisa armazenar no outono, o agricultor armazena na lavoura. Era o que se fazia lá na casa do meu pai, lá atrás, quando eu era um gurizão. Nós plantávamos áreas grandes de mandioca, e nós íamos colhendo – todo ano plantávamos uma área – mas sempre se colhia, no ano, pra consumo da família, e do segundo ano pra tratar vaca e porco. E, lá, era assim, carroçada de mandioca, lá no cocho da vaca, enfim. Plantava uma área grande, arrancava um pouquinho pra consumo humano, o resto virava o ano. Tinha sempre mandioca de dois anos, que era a mandioca mais reforçada, e que você tratava a bicharada, e a do ano que colhia para ser o teu giro. Cada ano tu tem uma área de mandioca – nova – e uma que tu arranca pra bicharada. Aqui não dá pra fazer isto, em hipótese nenhuma!

Alberto parece repetir o processo quando aborda o cultivo da **batata-doce**:

Batata-doce... Aquela situação: se planta batata-doce no período certo e, depois, no inverno, tu vai arrancando. Todo o inverno, até vir a outra safra tu vai arrancando. Tu está ali, tirando batata todo o tempo. Ela passa o inverno todo. O máximo que acontece é, na primavera, começar a batata a brotar. Ela leva uma sapecada e aí tu perde a qualidade da batata. Se quer guardar para consumo humano, tu teria que guardar, ou então arrancar aquela mais profunda, que ela tem mais dificuldade de emitir a rama. Mas tu passa todo o período.

E continua ao tratar da **cana-de-açúcar**:

Mas o comparativo da cana aqui e o comparativo da cana lá não têm parâmetros de avaliação. Lá, normalmente, o que acontece? Você planta cana mais cedo – a mesma coisa que a mandioca – e ela desenvolve muito bem, pega o período do verão e ela dá uma pequena paradinha (dezembro-janeiro seco), mas ela vai embora. As primeiras geadas daquela região normalmente acontecem no mês de maio. Mesmo assim ela passa o inverno, ela leva uma sapecada e você pode cortar para fazer açúcar, pra fazer melado, pra fazer *schimier*, para o que quiser. Durante o inverno todo, até chegar a primavera, o período que ela começa a brotar, até ali tu pode ir aproveitando este tipo de coisa. E, para os animais, é tempo integral. Então, não tem riscos. Aqui tem grandes riscos!

Em situações em que os agricultores têm acesso a áreas de muito pouca dimensão para a produção/reprodução do seu modo de viver, diferentes estratégias são acionadas. Ademir, ao descrever as condições em que sua família vivia, relato apresentado em um contexto em que buscava explicitar como era a produção na metade norte para comparar aos assentamentos da metade sul, discorre sobre as estratégias de produção, notadamente a distribuição do espaço e dos cultivos/criações em área própria e em área arrendada.

Porque as propriedades eram muito pequenas. Onde morávamos, o meu pai, por exemplo, tinha um alqueire de terra. Quer dizer: dois hectares e pouco. Na terra em que morávamos, nós plantávamos a metade com um pedaço de feijão, mandioca e batata. Só isso. Não plantávamos outra coisa; em toda a terra. Para ter batata para atravessar o ano. E essa era outra diferença. Lá, com um monte de filho, plantava batata para atravessar o ano. Tinha um pomar, pomar de tudo o que é fruta. Tinha fruta quase todas as épocas do ano. A terra era um perau, era “dobrada”, mas tinha tudo isso. E aqui, não... Nós plantávamos na terra nossa para o consumo. E aí, na terra dos outros, nós plantávamos milho e soja. Na terra dos outros plantávamos *a meias*. [Feijão era para] consumo... E batata, também, só consumo. Nós plantávamos, praticamente, esses três produtos na [terra]. E aí, tinha um pedaço que você precisava para atar os bois. Por exemplo, nós tínhamos uma junta de bois, que era pra trabalhar. Vaca, nós não tínhamos. Os outros [vizinhos] tinham vacas para tirar leite – duas vacas; e pomar.

Pomar, por exemplo, laranja, pêssego, bergamota, outras frutas: pitanga, guabiroba, essas outras coisas, tinha lá... [*O que era mais importante?*] Batata e mandioca. As duas coisas se plantava. Plantava agora [(fevereiro?)] e atravessava todo o inverno, e ficava na terra. Não tirava da terra, ia arrancando durante o ano. E depois a gente plantava num período. Sabia que até lá ia dar. Tinha que plantar uma quantidade... A família é grande: então, temos que plantar um pedaço maior. Esse ano vai ter um que vai fazer mais... Então, tem que plantar [uma área] maior, porque senão não vai ter como atravessar o ano. A gente tinha batata e mandioca durante o ano todo. Feijão, a gente colhia, guardava naquelas tulhas de madeira. Daí tinha feijão para o ano todo.

No caso da família do Ademir, que possuía apenas em torno de 2,4 hectares de terra própria, a estratégia de ocupação do espaço consistia em destinar a área própria para os cultivos mais importantes do ponto de vista da garantia da segurança alimentar da família: feijão, mandioca e batata. O tamanho da família (e sua composição etária e de gênero) orientava a dimensão da área para o plantio deste ou daquele cultivo agrícola destinada à subsistência familiar. Somava-se a isto, a área do pomar de frutas e uma área para os animais de tração (junta de bois). No caso desta família, não possuíam vaca de leite; no caso de outras famílias, tinham uma ou duas vacas.

Na terra dos outros, “a meias”, plantavam o milho e a soja, cultivos com menor peso na subsistência das famílias – no caso da soja, destinada à comercialização.

Ellen Woortmann (1983), analisando a produção camponesa no Agreste e Sertão de Sergipe, procura:

focalizar o sítio camponês enquanto um **sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si**, sistema esse que se reorganiza através do

tempo como resposta ao processo histórico de expansão da propriedade pecuarista. Essa organização e essa resposta são informadas por uma lógica, uma estratégia e um saber – ou um “know how” – que possibilitam a reprodução nesse contexto regional. (WOORTMANN, 1983, p. 164, grifos nossos)

Mesmo em uma realidade diversa do nordeste brasileiro, Ademir, ao relatar as condições em que sua família vivia em seu município de origem (região norte do RS), aponta alguns elementos – básicos – que possibilitam descrever aquela pequena área de terra enquanto um “sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si”, inclusive incorporando área externa, arrendada.

Neste contexto, conforme já reproduzido anteriormente, é que Ademir segue:

Aqui, foi um choque muito grande, quando chegamos. Nossa família, quando chegamos aqui, a gente teve dificuldade de alimento, na verdade...
[Mesmo com mais terra e sem precisar trabalhar a meia?]
Mesmo sem precisar trabalhar a meia.

Em síntese, carência de alimento, falta de comida!

Então, mesmo não havendo a oportunidade de aprofundar no trabalho de campo esta perspectiva aberta, parece-me instigante explorar as tentativas, frustrações, sucessos, na constituição/reprodução do lote de reforma agrária enquanto um “novo sítio camponês”¹⁴.

Ainda no contexto exposto pelo Ademir (reproduzindo trecho já citado), ele aborda o caso emblemático da mandioca:

Mandioca, tu planta, tem ano que dá, tem ano que não dá. Por causa do solo. Tu planta, tu tem que colher tudo. Antes de entrar o inverno, tens que colher tudo, senão ela apodrece – toda – e fica sem nada.

E anuncia a **inovação**:

Só que hoje é diferente porque o pessoal tem *freezer*, tem geladeira e coisa... Tu pega a mandioca, tu colhe a mandioca e guarda para o ano todo no *freezer*. Descasca ela e guarda para o ano todo. A mesma coisa [com a] batata, o pessoal já descobriu um [outro] jeito de guardar: ensaca no galpão, e guarda na terra. Tem reserva para o ano. Mas, quando o pessoal chegou aqui, não tinha.

Mas, inicialmente, a estratégia utilizada no norte do estado foi tentada na metade sul:

O pai plantou um hectare, mais ou menos, de batata. Ele fez a mesma coisa que a gente fez lá no Rodeio. Eu me lembro até hoje. Ele disse: “Aquele pedaço lá, nós vamos deixar para plantar as coisas para nós comer; o resto nós vamos plantar”. O meu pai plantou soja, quando chegou aqui. Ele trouxe semente de soja, de lá... de milho e fumo, aquele fumo de corda, de fazer fumo de corda. Ele trouxe essas três coisas de lá, quando veio pra cá, de semente. E plantou. O soja não deu. Primeiro lugar, isso. [...] Ele plantou um pedaço pequeno, mas plantou. O milho, também, plantou lá: o milho deu. O fumo, também plantou: não deu. Porque não é uma terra [de fumo (?)]... E ele disse: “Aquele pedaço, lá, nós vamos [reservar] para plantar as coisas pra nós comer”. Abóbora, essas coisas, também, tudo isso aí; o básico, que eu digo, esses três, que é a base da alimentação que nós tínhamos. Trouxe muita muda de arvoredo. Decepção, também, porque não pegou nada aqui. O solo é diferente.

¹⁴ Expressão que nos remete às categorias estudadas por Ellen Woortmann (1983) para o caso de Sergipe.

Pois lá, a gente faz a cova, abre um buraco, e bota a muda dentro e planta. O pai, quando veio pra cá, ele trouxe um monte de muda e fez o mesmo processo. No primeiro inverno, tudo apodreceu, pois a terra aqui não filtra a água.

A forte referência do interlocutor às iniciativas do pai, remete-nos ao caso do Nordeste e dos teuto-brasileiros no Sul, tal como exposto por Klaas Woortmann (1990), reforçando uma dinâmica dada pela família como hierarquia, em que a figura do pai assume o papel de orientação do trabalho. Adiante, retomaremos esse tema.

Neste contexto, como compreender a **cultura acumulada** e sua **transmissão**?

3.2 A contribuição de Tim Ingold

Partindo de contribuições da obra de Tim Ingold, antropólogo britânico que tem me proporcionado a oportunidade de experimentar *insights* para pensar o rural e sua gente, aqui, busco desenvolver o esforço de relacionar contribuições do autor para refletir sobre cultura e sua transmissão, destacando, neste primeiro momento, a noção tratada pelo autor como a *educação da atenção*.

Inicialmente, toma-se por referência o artigo *Da transmissão de representações à educação da atenção* (INGOLD, 2010 [2001]), texto que “discute o papel da experiência e o da transmissão geracional nos modos pelos quais os seres humanos conhecem e participam da cultura”. Em seu artigo, Ingold questiona a perspectiva do conhecimento enquanto “conteúdo mental” passado de geração em geração, buscando, em diálogo crítico com a biologia neodarwiniana e a psicologia cognitiva, superar a dicotomia entre capacidades inatas e competências adquiridas. Para o autor, uma geração contribui para a seguinte, no sentido do aumento do conhecimento humano, por meio da **educação da atenção** mais do que pela transmissão de um “suprimento acumulado de representações”. A proposição do conceito de **habilidades humanas** permitiria compreender o processo em que “cada geração alcança e ultrapassa a sabedoria de seus predecessores” (p. 7).

Timothy Ingold, nascido em 1948, antropólogo britânico com formação pela Universidade de Cambridge, foi professor de Antropologia Social e lecionou na Universidade de Helsinqui (Finlândia) e na Universidade de Manchester. Em 1999, passou a lecionar na Universidade de Aberdeen, onde fundou o Departamento de Antropologia (2002). Atualmente, encontra-se aposentado.

Ingold desenvolveu trabalho de campo junto a povos caçadores e pastores de renas na Lapônia finlandesa, no círculo polar ártico. Seus temas de pesquisa envolvem a relação

homem-animal, percepção do ambiente, teorias da evolução, relação entre linguagem, tecnologia e habilidades, e transcendem as fronteiras disciplinares da antropologia, estabelecendo diálogo com a biologia, a psicologia, a filosofia, a arte, a arqueologia e a arquitetura.

Acompanhar a trajetória do pensamento de Tim Ingold nos oferece a oportunidade de refletir sobre o desafio da articulação entre o conhecimento produzido nas “ciências naturais” e nas “ciências humanas”. Com formação em Antropologia, mas com influência das ciências naturais¹⁵, Ingold acredita que “a antropologia é a única disciplina que pode unir as ciências naturais e as humanidades” (SCHEINSOHN, 2013). Mas, ao seguir este caminho, o autor considera que se afastou da antropologia da maneira como é praticada atualmente.

Embora Ingold não aborde em sua obra questões relativas a qualquer coisa próxima ao “desenvolvimento rural”, creio que o seu pensamento proporciona *insights* para pensar o rural e sua gente. Por exemplo, quando trata de alternativas teóricas à separação entre natureza e cultura, o autor aborda de forma original, parece-me, o tema do desenvolvimento pensado enquanto processo:

A minha proposta é processual, relacional e vinculada ao desenvolvimento ou crescimento. Os conceitos de natureza e cultura são **substantivos**. Tendemos a pensar no mundo como algo que já existe de saída. Mas em vez disto, suponhamos que o mundo do qual falamos seja um mundo que se está fazendo o tempo todo, que não é nunca o mesmo de um momento ao outro. Em cada momento este mundo está se revelando, desenvolvendo. Temos, então, que pensar em termos de verbos, mais que de substantivos, como algo que está se transformando no que é. E então podemos pensar nas formas que vemos surgindo desse processo. Por exemplo, o biólogo supõe que a forma já está prefigurada no DNA de um organismo e a única coisa que a vida faz é revelar essa forma. A alternativa que proponho é pensar que essas formas de vida, de organismos, de artefatos, são padrões emergentes que surgem de um processo de desenvolvimento ou crescimento que está acontecendo de maneira contínua. As formas surgem do processo que lhes dá lugar. Devemos começar a falar, então, de desenvolvimento. (SCHEINSOHN, 2013, grifos nossos)

Retomaremos esta discussão ao final do trabalho.

No artigo *Da transmissão de representações à educação da atenção*, Ingold (2010)¹⁶ estabelece um debate com a biologia e a psicologia, questionando vertentes clássicas dessas disciplinas (biologia evolucionária em sua perspectiva neodarwiniana e psicologia cognitiva)

¹⁵ Tim Ingold é filho do renomado micologista Cecil Terence Ingold, de quem teve forte influência, tendo, inclusive, iniciado seus estudos superiores no campo das ciências naturais.

¹⁶ O artigo original de Tim Ingold, *From the Transmission of Representations to the Education of Attention*, foi publicado na coletânea de H. Whitehouse (ed.), **The debated mind: evolutionary psychology versus ethnography**. Oxford: Berg, 2001. Mas, este artigo tem sua origem na participação do autor em uma série de seminários sobre “Memória e Transmissão Social”, realizados nos anos de 1994 e 1995, na Queen's University, Belfast. (INGOLD, 2001)

que consideram o conhecimento enquanto um estoque de representações que seria repassado de uma geração para outra, como tradição – ou cultura.

Em diálogo com o antropólogo Dan Sperber¹⁷, Ingold critica a perspectiva do autor sobre

que a transmissão entre gerações de informação cultural variável depende da presença, em todas as mentes humanas, de **mecanismos de cognição inatos**, típicos da espécie. Supõe-se que esses mecanismos sejam o resultado de um processo darwiniano de variação sujeito a seleção natural, e como tal, que sejam construídos segundo especificações que não são culturais, mas genéticas, incluídas dentro da herança biológica comum da humanidade. (INGOLD, 2010, p. 9, grifos nossos)

Tim Ingold (2010) coloca a solução para além da dicotomia entre **capacidades inatas** e **competências adquiridas**, por meio de “um enfoque sobre as propriedades emergentes de sistemas dinâmicos” (p. 7).

Habilidades, sugiro eu, são melhor compreendidas como propriedades deste tipo. É através de um processo de habilitação (*enskilment*), não de enculturação, que cada geração alcança e ultrapassa a sabedoria de suas predecessoras. Isto me leva a concluir que, no crescimento do conhecimento humano, a contribuição que cada geração dá à seguinte não é um suprimento acumulado de representações, mas uma **educação da atenção**. (INGOLD, 2010, p. 9, grifos nossos)

Em diálogo com a biologia, Ingold (2010) ataca a existência de “mecanismos inatos de processamento de informação geneticamente determinados”¹⁸. O mesmo movimento é feito por ele em relação à psicologia, que “postula um desenho para a mente que preexiste e garante todo aprendizado ou aquisição de conhecimento subsequentes”. (INGOLD, 2010, p. 10-14)

A intenção de Ingold não é defender uma determinação da cultura sobre a natureza, o que o incomoda é “a ideia de que um tipo de mudança (cultural...) é configurado dentro dos parâmetros de outro (biológica...)”. (INGOLD, 2010, p. 10)

Discorrendo sobre a linguagem e a existência de dispositivos de aquisição de linguagem (DAL), Tim Ingold escreve:

Não é, então, por meio da transferência de conteúdo sintático e semântico específico que a criança desenvolve a capacidade de falar como se fala na sua comunidade. A linguagem, neste sentido, *não é adquirida*. Em vez disso, ela está sendo gerada e regenerada continuamente nos **contextos desenvolvimentais de envolvimento de crianças nos mundos da fala** (...). E se a linguagem não é adquirida, então não pode haver tal coisa como um dispositivo de aquisição de linguagem (...).

¹⁷ O debate com Dan Sperber ocorre no contexto onde artigo deste autor, *Mental Modularity and Cultural Diversity*, está publicado na mesma coletânea **The debated mind**, organizada por H. Whitehouse (2001). (Ver nota do tradutor: INGOLD, 2010, p. 25)

¹⁸ Cabe esclarecer que Tim Ingold estabelece o debate segundo a proposição de Dan Sperber. Por outro lado, o autor evidencia a posição de uma maioria de biólogos que não mais trabalham com a distinção entre estruturas inatas e adquiridas. Segundo Ingold, “o *interacionismo* [entre gene e ambiente (ou, nos termos de Ingold, entre *organismo* e ambiente)] há muito tempo substituiu o *inatismo* como credo dominante dentro da ciência biológica”. (INGOLD, 2010, p. 10, grifos nossos)

O que vale especificamente para o caso de linguagem e fala também vale, de modo geral, em relação a outros aspectos da competência cultural. Aprender a lançar e agarrar, subir, comer e beber, para citar apenas alguns exemplos de Sperber (1966, p. 117), não é uma questão de retirar *do* ambiente representações que satisfazem as condições de *input* de módulos pré-constituídos, mas sim de formar, dentro do ambiente, as conexões neurológicas necessárias, junto com os aspectos auxiliares de musculatura e anatomia, que estabelecem essas várias competências. (INGOLD, 2010, p. 15, grifos nossos; grifos do autor em itálico)

E, adiante:

Meu ponto é que estas capacidades não são nem internamente pré-especificadas nem externamente impostas, mas surgem dentro de processos de desenvolvimento, como propriedades de auto-organização dinâmica do campo total de relacionamentos no qual a vida de uma pessoa desabrocha. (INGOLD, 2010, p. 15)

Buscando aprofundar o debate sobre a relação entre conhecimento e habilidade, Ingold aborda a distinção entre *capacidade*, *competência* e *desempenho*. Em síntese, para o autor, capacidade remete à metáfora de um recipiente “mental” (no âmbito do inato) que deve ser preenchido por um conteúdo; competência indicaria a possibilidade de realização a partir da capacidade dada, prévia (característica no âmbito do *adquirido*); e desempenho seria a própria ação. Tim Ingold demonstra sua discordância com esta perspectiva da ciência cognitiva. Para ele, capacidade e competência são noções consideradas entrelaçadas mas que tratam o desempenho como mera execução mecânica do planejado (competência) a partir de um “conjunto de regras deliberativas” (capacidade). Seria uma estrutura complexa com um processo de implementação “de uma simplicidade mecânica”. Ingold propõe outro caminho, “pressupor uma estrutura simples (...) e explicar o desempenho como o desdobramento de um processo complexo”:

Considerem, por exemplo, os movimentos do lenhador, ao derrubar uma árvore com seu machado. Um modelo de processo simples e estrutura complexa consideraria cada balanço do machado como produto mecânico de um dispositivo computacional mental instalado na cabeça do lenhador, destinado a calcular o melhor ângulo do balanço e a força exata da machadada. Um modelo de processo complexo, ao contrário, consideraria o movimento do machado como parte do funcionamento dinâmico do sistema total de relações constituído pela presença do homem, com seu machado, num ambiente que inclui a árvore como foco atual de sua atenção (...) De modo geral, um modelo do último tipo trataria o desempenho não como a descarga de representações na mente, mas como uma realização do organismo/pessoa por inteiro em um ambiente (...). (INGOLD, 2010, p. 17-18)

Para Ingold (2010), **a habilidade é a base de todo conhecimento**, conhecimento construído por cada um ao seguir os caminhos de seus predecessores, e por eles orientado. Assim, “o aumento do conhecimento na história de vida de uma pessoa não é um resultado de transmissão de informação, mas sim de redescoberta orientada”. E isto implica no “envolvimento prático do iniciante com o seu ambiente”. (p. 19-20)

De maneira geral, podemos dizer que as pessoas aprendem copiando as mais experientes, copiando suas **ações!**

Copiar não é fazer transcrição automática de conteúdo mental de uma cabeça para outra, mas é, em vez disso, uma questão de seguir o que as outras pessoas fazem. O iniciante olha, sente ou ouve os movimentos do especialista e procura, através de tentativas repetidas, igualar seus próprios movimentos corporais àqueles de sua atenção, a fim de alcançar o tipo de ajuste rítmico de percepção e ação que está na essência do desempenho fluente...

Este copiar... é um processo não de transmissão de informação, mas de redescobrimto dirigido. Como tal, ele envolve um misto de imitação e improvisação: isto pode ser mais bem compreendido, na verdade, como as duas faces de uma mesma moeda. Copiar é imitativo, na medida em que ocorre sob orientação; é improvisar, na medida em que o conhecimento que gera é conhecimento que os iniciantes descobrem por si mesmos. (INGOLD, 2010, p. 21)

(...)

O processo de aprendizado por redescobrimto dirigido é transmitido mais corretamente pela **noção de mostrar**. Mostrar alguma coisa a alguém é fazer esta coisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo. Aqui, o papel do tutor é criar situações nas quais o iniciante é instruído a cuidar especialmente deste ou daquele aspecto do que pode ser visto, tocado ou ouvido, para poder assim “pegar o jeito” da coisa. Aprender, neste sentido, é equivalente a uma “educação da atenção”. (INGOLD, 2010, p. 21, grifos nossos)

Como síntese da proposição de Ingold sobre o processo de conhecimento, envolvendo em um só processo, no âmbito da prática, o desenvolvimento de habilidades incorporadas de percepção e ação, o autor escreve:

Na passagem das gerações humanas, a contribuição de cada uma para a cognoscibilidade da seguinte não se dá pela entrega de um corpo de informação desincorporada e contexto-independente, mas pela criação, através de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação. Em vez de ter suas capacidades evolutivas recheadas de estruturas que representam aspectos do mundo, os seres humanos emergem como um centro de atenção e agência cujos processos ressoam com os de seu ambiente. O conhecer, então, não reside nas relações entre estruturas no mundo e estruturas na mente, mas é imanente à vida e consciência do conhecedor, pois desabrocha dentro do campo de prática – a *taskscape*^[19] – estabelecido através de sua presença enquanto ser-no-mundo. A cognição, neste sentido, é um processo em tempo real. ‘Em vez de falar de ideias, conceitos, categorias e elos’, sugere Gatewood, deveríamos pensar em fluxos, contornos, intensidades e ressonâncias’ (1985, p. 216). (INGOLD, 2010, p. 21-22)

A perspectiva desenvolvida por Tim Ingold, expressa no processo de *educação da atenção* como aprendizado que promove a “afinação” do “sistema perceptivo do praticante habilidoso que *ressoa* com as propriedades do ambiente”, parece-me encontrar um substrato

¹⁹ Segundo nota do tradutor, “‘*Taskscape*’ é um neologismo com que o autor se refere por associação a uma paisagem (*landscape*) de sinalizações. Um neologismo em português poderia ser ‘tarefagem’, mas preferimos manter o termo em inglês” (INGOLD, 2010, nota 16, p. 26.). Como exemplo, tratando de receitas de cozinha, os comandos ali constantes representariam “junções críticas” no processo colocados pelo autor da receita a partir de sua experiência prévia de preparo do prato, para orientar o cozinheiro(a) a encontrar seu caminho, com base em sua habilidade.

empírico exemplar na etnografia do processo de trabalho conduzido por Ellen e Klaas Woortmann (1997), *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Aqui, a reflexão de Tim Ingold parece fazer todo o sentido quando recuperamos a descrição de Ellen e Klaas Woortmann sobre a importância e papel cumpridos pelo *roçado* e o *roçadinho*. O pai de família, como responsável pela condução do processo de trabalho e, em última instância, responsável pela garantia da reprodução daquela unidade familiar, domina o conhecimento da condução da lavoura – o *praticante habilidoso* de Ingold – e, ocupando o ápice da hierarquia familiar, organiza a participação dos diferentes membros da família no trabalho conduzido na lavoura principal, o *roçado*. Será na realização de um trabalho concreto, na *ajuda* na lavoura que, desde criança, cada membro da família, enquanto um *iniciante* na atividade, será orientado na produção dos diferentes cultivos e criações, na organização dos espaços, na definição dos consorciamentos. Com diferenças entre os gêneros, parece-me que este processo adquire novo sentido quando o pensamos na perspectiva da *educação da atenção* de Ingold. Ao lado do *roçado*, conduzido sob a supervisão direta do pai de família, o *roçadinho*, sob a responsabilidade dos jovens e adolescentes, é o espaço da experimentação. Assim, com base em experiência prévia – o trabalho conduzido pelo pai no *roçado*, que fornece as “placas de sinalização na paisagem” (*taskscape*), espera-se que o novo praticante “seja capaz de achar o seu caminho, com atenção e sensibilidade, mas sem depender de outras regras explícitas de procedimento – ou, numa só palavra, habilidosamente” (INGOLD, 2010, p. 19).

Em outro texto, *Histórias contra a classificação: transporte, peregrinação e a integração do conhecimento*²⁰, Tim Ingold retoma a argumentação do primeiro artigo, agora contrapondo o que define como *modelo genealógico*, estabelecendo que o conhecimento não é classificatório – base desse modelo – mas *conhecimento narrativo*.

Tratando do que nomeia como “processos gêmeos das reproduções biológica e cultural”, Ingold identifica uma premissa básica incorporada à metáfora da *transmissão*:

A metáfora implica que a informação esteja sendo “passada ao longo” (...) das linhas de descendência que ligam sucessivas gerações. Supõe-se que na reprodução biológica esta informação seja codificada em material genético, enquanto na reprodução cultural seja codificada em palavras e símbolos. Em ambos os casos, no entanto, somos obrigados a presumir que a informação possa ser “lida” a partir dos materiais pelos quais é transmitida, mediante a decodificação de regras que são independentes do contexto ambiental específico no qual são aplicadas. (INGOLD, 2015, p. 231, grifos nossos)

²⁰ Capítulo 13 do livro *Estar Vivo (Being Alive)*, cuja primeira versão do artigo foi escrita em 2002, um pouco depois da publicação de *From the transmission of representations to the education of attention*. (INGOLD, 2015a, p. 19)

Tim Ingold considera como característica definidora do *modelo genealógico*, o pressuposto de que os indivíduos são “especificados em sua constituição genética e cultural” de maneira independente e anterior a sua vida, pela outorga de atributos de seus antepassados. (INGOLD, 2015, p. 232)

A preocupação do autor reside nas implicações desta perspectiva para a natureza do conhecimento cultural. Sendo o conhecimento passado, *transmitido*, pelos ancestrais, “ele *não pode* ter sua fonte imediata na experiência do conhecedor de habitar lugares específicos ou seus arredores” (INGOLD, 2015, p. 232, grifos do autor). Para Ingold (2015), este conhecimento só pode ser categórico, equivalente a um sistema de classificação (conhecimento classificatório).

Buscando uma abordagem alternativa, Ingold retornará à elaboração de David Rubin (1988) sobre memória, para destacar suas metáforas de “estrutura-complexa” e “processo-complexo”, já expressas no texto anterior (modelos de “estrutura complexa e processo simples” ou “processo complexo e estrutura simples”) (INGOLD, 2010, p. 17-18).

Identificando o modelo genealógico com a metáfora da “estrutura-complexa”, Ingold, defendendo a metáfora do “processo-complexo”, afirma que essa perspectiva nos leva a priorizar a **prática** do conhecimento sobre a propriedade do conhecimento (INGOLD, 2015, p. 234).

Segundo o autor:

Ao invés de supor que as pessoas apliquem os seus conhecimentos na prática, estaríamos mais inclinados a dizer que elas conhecem *por meio da* sua prática (...) – isto é, através de um envolvimento contínuo, na percepção e na ação, com os constituintes do seu ambiente. Portanto, longe de ser copiado, pronto, para a mente antes do seu encontro com o mundo, o conhecimento está perpetuamente “em construção” dentro do campo das relações estabelecidas através da imersão do ator-observador em determinado contexto ambiental. O conhecimento, desta perspectiva, não é transmitido como estrutura complexa, mas é o produto sempre-emergente de um processo complexo. Não é tanto *replicado* quanto *reproduzido*. (INGOLD, 2015, p. 234, grifos do autor)

Considerando o processo com um sentido *intransitivo* – “como a própria vida, não começa aqui ou termina ali, mas está *acontecendo continuamente*” –, o autor evidencia a importância do *movimento*, a circulação em um ambiente, defendendo que nesta perspectiva (processo-complexo), “movimento é conhecimento”. (INGOLD, 2015, p. 235, grifos do autor.)

Para Ingold, ao contrário da classificação (contexto independente), será em uma *história* que o contexto e as relações de seus elementos são identificados e posicionados:

“*histórias sempre, e inevitavelmente, reúnem o que as classificações separam*” (INGOLD, 2015, p. 236, grifos do autor).

[O mundo narrativo trata] de um mundo de movimento e devir, no qual qualquer coisa – capturada em lugar e momento determinados – envolve dentro da sua constituição a história das relações que a trouxeram até aí. Em um mundo assim, podemos compreender a natureza das coisas apenas assistindo as suas relações, ou em outras palavras, contando suas histórias. (INGOLD, 2015, p. 236.)

Opondo-se à proposição da *transmissão do conhecimento*, tratado enquanto um “objeto passivo de memória”, o autor considera que no conhecimento o que é desenvolvido não são seus produtos, mas o processo. E, o que distinguiria o especialista de um novato não residiria no “*quanto* você conhece, mas de *quão bem* conhece”. Para Ingold, alguém que conhece bem possui a capacidade de *contar*, relacionando o mundo ao redor. “Conhecer é relacionar o mundo ao seu redor, e quanto melhor se o conhece, maior a clareza e a profundidade de sua percepção” (INGOLD, 2015, p. 237-238, grifos do autor)

Enfatizando o processo, o movimento, enquanto o seguir trilhas através de uma paisagem, Ingold introduzirá a noção do *peregrinar*, defendendo que é “através do peregrinar, e não da transmissão, que o conhecimento é realizado”. E, considerando que, enquanto processo os caminhos não estão estabelecidos de antemão, a “negociação de um caminho através do mundo” implica a improvisação – *improvisação criativa*. (INGOLD, 2015, p. 238-239)

Ingold sintetiza o conteúdo apresentado, resgatando que a classificação hierarquiza categorias (verticalmente) enquanto o transporte – diferente do peregrinar – liga locais/ pontos em rede (horizontalmente). Para o autor, o conhecimento narrativo (do peregrino) não é classificatório nem em rede, mas em *malha*. (INGOLD, 2015, p. 239)

3.3 Retomando as histórias dos agricultores assentados

Inspirados em Tim Ingold, podemos melhor compreender as falas dos agricultores assentados quando inquiridos sobre o como viam a vida e a produção na nova região. Os agricultores narraram partes de histórias vividas em seu peregrinar na busca de um pedaço de terra, partindo das comunidades rurais dos pequenos municípios do norte do estado, passando pelo “tempo de acampamento” (repertório de mobilização privilegiado na luta dos agricultores sem terra), até o assentamento rural no sul do estado, a terra conquistada²¹.

²¹ Embora a obra de Tim Ingold não trate da dimensão estritamente política da vida em sociedade, creio possível levar o debate proporcionado pelo autor quando resgata conhecimentos da biologia, psicologia ou antropologia para a compreensão de processos políticos, tais como movimentos sociais e suas relações com o

Com um conhecimento do ambiente *desenvolvido* na relação com seus pais (e avós), geração imediatamente anterior, a maior parte destes agricultores irão se engajar na luta pela terra ainda como jovens adultos, quando projetam a constituição de novos núcleos familiares ou já começaram a constituir famílias (com ou sem filhos). Tal como foi expresso por um dos interlocutores, no momento do assentamento “a expectativa é continuar fazendo o que tu faria [na região de origem]”. Reproduzindo:

Aí tu cai numa outra região, a tendência é tu continuar. E é o que nós fizemos aqui. Continuamos tentando fazer o que a gente fazia antes, que era plantar principalmente grãos, feijão, milho, soja... E tu vir para uma região que é desconhecida deste ponto de vista, é muito difícil. Nós sofremos muito com isto.

Noutra região, com uma diferente paisagem, o *conhecimento habilidoso* desenvolvido anteriormente não garante a reprodução das condições de produção existentes na região de origem. As dificuldades iniciais inerentes ao período de implantação de uma nova morada são exacerbadas pelas sucessivas frustrações das safras agrícolas, que não correspondiam às expectativas – as quais tinham como referência a produção no norte do estado.

Então, mais do que um estoque de representações recebidas da geração anterior em outro contexto, poderíamos considerar que o conhecimento existente e que se mostra insuficiente para garantir o sustento destas famílias a curto prazo, resultando em a uma *crise de subsistência*, torna-se a base para a *improvisação* e a *criatividade* em novo contexto.

Tal como Ingold (2010, p. 21) afirmou, se “o processo de aprendizado por redescobrimto dirigido é transmitido mais corretamente pela noção de mostrar”, as pessoas aprendem copiando as ações das mais experientes, num misto de imitação e improvisação, em que o conhecimento gerado é aquele descoberto pelos próprios iniciantes, então, tem-se o substrato para a “adaptação” deste conhecimento a partir da improvisação e da criatividade.

No caso em questão, agricultores assentados na região de Bagé, a ação política das organizações sociais buscava ainda agregar o “conhecimento técnico”, por meio da demanda por “extensão rural e assistência técnica”, bem como o apoio de outras políticas públicas, a exemplo do evento narrado no capítulo anterior.

Mas, a aceitação desta nova condição, o estabelecer-se, trabalhar e viver em uma nova realidade, não foi um processo simples. Para Alberto:

Estado. Steil e Carvalho (2012), resenhando resultados de diálogo com o autor em seminário realizado em Porto Alegre, identificam “perguntas e inquietações sobre conflitos e agenciamentos políticos” como compondo uma especificidade do fazer antropológico no continente latino-americano (STEIL e CARVALHO, 2012, p. 11). Em continuidade ao seminário de Porto Alegre, na passagem do autor pelo Uruguai, esta dimensão política é abordada no questionamento sobre as implicações de suas concepções de ambiente para a gestão ambiental (INGOLD, 2012, p. 84-85).

A grande maioria dos agricultores que vieram para os assentamentos veio com uma visão e tiveram que se adaptar a um processo, readaptar, remodelar, reorganizar a sua vida, na perspectiva de potencializar outras questões, [como] a produção de leite, que é uma das atividades que até tem dado um suporte razoável...

Sidnei ressalta a resistência existente ao processo de mudança, de adaptação:

A tendência é fazer o que já fazia antes, mesmo com todas as evidências [contra]. Às vezes tu enxerga, ou outras pessoas falam, mas tu quer insistir. Enquanto tu não conseguir provar pra ti mesmo que isso é inviável, tu não consegue mudar. Tu vai continuar tentando. Claro que todo esse debate regional do processo de desenvolvimento, do que é possível produzir na região, aí a gente começa a perceber a partir da tua experiência. Porque eu parto do princípio que é muito difícil as pessoas mudarem sem elas vivenciarem uma coisa diferente. Ou seja: se eu plantava arroz sequeiro, feijão, milho, soja, eu [vir a] trabalhar com gado de leite... Enquanto eu não ver que isto não dá pra fazer aqui, eu não vou mudar. Mesmo com a discussão [já realizada]... Aí tu começa a aproveitar a discussão que era feita: “Não, aqui não dá pra fazer isso, tu tens que... Nós temos, dentro de uma outra realidade de clima, de solo, disto daquilo...” E aí tu começa [a pensar]: “Bom, realmente não dá pra fazer isto, vou ter que me enquadrar de outra forma”.

E mesmo assim a gente – as pessoas – fica *renegado* por não poder fazer aquilo. [Como?]. A gente fica renegado porque a gente vai para uma coisa meio obrigado, né! [Nova.] Nova, diferente, meio sem vontade, porque a vontade tua era fazer aquilo. E aí, por exemplo, tem pessoas que conseguem se adequar melhor a essa nova realidade, tem outras que não aceitam, e resistem, até abandonam a região: “Bom, se não dá pra fazer... eu vou embora. Eu quero fazer o que eu fazia”. Isso aconteceu, né!

Aconteceu. Várias pessoas foram embora, porque... “Não... aqui eu não quero fazer isso... não quero tirar leite da vaca. Eu quero é plantar...”. Teve um grupo importante – grande, inclusive, de todos os assentamentos – que foram embora pra região norte fazer o que faziam antes: plantar milho, plantar soja, plantar... E as outras pessoas se desafiaram a permanecer na região e trabalhar com essa nova realidade. Isso é muito forte. Eu acho que é por isso da desistência de muitas pessoas aqui... Não só por isso, teve outras pessoas que não se adequaram e é normal, tem uma porcentagem que vai embora. Mas uma parte significativa é por causa disso aqui, não conseguiram se adequar a realidade regional.

Dois questões sobressaem nas falas anteriores: a importância que adquire a produção de leite, com base na criação de gado de leite, e a importância do plantar para estes agricultores.

Por um lado, aos poucos, o **leite** surgiu como uma das alternativas de produção mais bem adaptadas à nova condição, em que a manutenção do campo, evitando revolvê-lo pela ação do arado, parecia a melhor técnica de conservação do solo a utilizar. Mas essa atividade não era de largo emprego nas condições de produção da região norte do estado. Alguns agricultores possuíam gado de leite para a venda e/ou consumo, mas outros, não.

Ademir expõe a situação enfrentada pela sua família:

E aí, depois, quando veio a ideia do leite, o pessoal não conhecia [a produção]. E aí entrou os vigaristas da região, os picaretas de vender gado. O meu pai comprou, eu me lembro, com o PROCERA²², o pai comprou doze novilhas, pra tirar leite. Só que

²² PROCERA – Programa de Crédito para a Reforma Agrária.

ele não tem noção de novilha, não tinha um metro de cerca no lote, não tinha cerca. Porque, nós, lá [na região norte], [éramos] acostumados na corda. Nós não tínhamos cerca lá no Rodeio. Cuidavam os animais na corda. Mudava [os animais de lugar]. E, quando chegaram ali, descarregaram doze novilhas. Novilhas de campo, que nunca viram gente na frente. Tudo daqui, das fazendas. Das doze, o meu pai ficou com uma. O resto teve que pegar a tiro. E não foi só ele... Veio dois, três caminhões, daqui de Bagé. Os caras venderam pra eles, aqui, como vaca de leite, imagina. O pessoal não tinha noção. [*Vaca de campo?*] Vaca de campo. [*De corte.*] Vaca de corte, que enxergava uma pessoa quase morria.

Em outro momento, Ademir retoma o tema das vacas que chegaram ao lote da família:

[...] isso que eu acabei de falar, das histórias dos animais. O meu pai ajudava a tirar leite dos bichos, quando viu: “Não dá pra tirar, tá louco”. “Quer que eu bote na corda?”. Ele botou duas [vacas] na corda, as duas se mataram. Porque nunca viram corda na vida. Fincou lá num pau, o bicho se matou. [*É verdade? Morreu?*] Morreu! O bicho se matou. Quebrou; se quebrou. Imagina, nunca viu corda na frente. Hoje eu consigo ver isso, mas, naquela época... Eu nem imaginava que existia bicho que não era manso de corda. E o meu pai, a mesma coisa. Não conseguia imaginar que uma vaca [se matasse]. Porque lá onde nós moramos... Nasceu no Rodeio Bonito, se criou até os cinquenta anos. Ele tinha cinquenta anos quando foi para o acampamento. Aí, tu imagina, a vida inteira ele vê uma vaca, que pega na corda, leva na estrebaria²³, tira leite, larga. O boi, tu pega na corda; a piizada até pode montar no boi. O boi é mansinho. Só bicho manso. Aí, tu chega aqui, vê uns bicho desses aí. Tu bota uma corda, o bicho se mata, se quebra, se enforca... E avança na sombra, não consegue enxergar gente, só cavalo.

Aqui ficam expressos os diferentes aprendizados necessários para “lidar” com os diferentes tipos de gado: o gado de leite ou de tração na região norte do estado, e o gado de corte – “de campo” – da região sul do estado. No caso, a experiência incorporada pelo pai do Ademir não lhe permitia compreender o comportamento daquelas vacas que lhe foram vendidas como vacas de leite, que “se matavam” quando eram amarradas em uma corda, prática corriqueira na região colonial do norte.

Retomando a fala do Ademir: “Hoje eu consigo ver isso, mas, naquela época... Eu nem imaginava que existia bicho que não era manso de corda”. Então, atualmente, com o conhecimento desenvolvido na nova região, no novo ambiente, passa a compreender o ocorrido.

Em outro momento da conversa, o tema do leite e das vacas ressurge. Com a possibilidade de vender leite, dada a presença de *atravessadores*, que o compravam,

o pessoal fez isso, começou a investir. Como não tinham acompanhamento, o pessoal pegou gado de campo, acostumado com sete fios e uma trama a cada metro, né? Aí vem o pessoal... alguns, os que tinham cerca, com três fios farpados e com moirão a cada dez metros. [Querer] segurar o bichinho lá... aí não teve [jeito]. Eu, pra mim, do tempo que eu era criança, pequeno, na época, que eu me lembre, foi uma das maiores frustrações que o meu pai teve. Nem tanto da produção. Essa, quando ele plantou e não deu, e apodreceu e coisa, porque tinha uma explicação do

²³ Na região norte do Rio Grande do Sul, o termo **estrebaria** é empregado para o local onde são colocadas as vacas para pernoitar e para tirar o leite. Segundo o Dicionário Aurélio, o termo *estrebaria* e o termo **estábulo** têm origem em um mesmo vocábulo latino.

tempo, mas quando ele adquiriu esses animais. Ele e todos do assentamento. Teve alguns que não, pois era um pessoal que já conhecia a região e não fizeram isso. Mas o pessoal que adquiriu foi uma frustração total, porque tiveram que abater os animais e comer. Como não tinham *freezer*, tinham que abater e repartir com todos. [...] Foi uma decepção muito grande. Na época, foi uma decepção muito grande.

Nesta passagem, aparece, mais uma vez, as diferentes maneiras de lidar com os diferentes tipos de gado quando se aborda a forma de cercá-lo. O gado de campo: “acostumado com sete fios [de arame farpado] e uma trama a cada metro”; o gado de leite ou tração: cerca “de três fios farpados e com moirão a cada dez metros”.

Por outro lado, parece-me muito significativa a referência ao que teria sido uma das maiores frustrações do pai do Ademir: “Nem tanto da produção, essa, quando ele plantou e não deu, e apodreceu e coisa, porque tinha uma explicação do tempo, mas quando ele adquiriu esses animais.”

A passagem acima suscita duas reflexões.

A perda da produção não parece ser tão frustrante quanto a situação ocorrida com os animais. Aqui, creio podermos lançar mão da distinção realizada por alguns autores entre **risco** e **perigo**²⁴, considerando risco quando possíveis danos são interpretados como consequências da própria decisão, e perigo quando os danos são interpretados com causas fora do seu controle. Segundo Brüseke (2001):

Qualquer perigo tem todas as características de um risco, pois somente quando o perigo passou podemos dizer que enfrentamos um risco. Um perigo realizado é um desastre, terminando o percurso perigoso. O risco, pelo contrário, é algo que abre uma dada situação e bifurca o percurso da história de forma imprevisível (BRÜSEKE, 2001, p. 36).

Assim, considerando o evento relatado por Ademir, a perda da produção não seria tão frustrante, pois representaria o *risco* que normalmente os agricultores correm ao tomarem a decisão de plantar; principalmente, o risco de perder sua safra em função de uma estiagem. Risco já conhecido, expresso de uma forma na região norte e de maneira diferente na região sul, mas, risco conhecido, internalizado, inerente a quem se dedica à agricultura. No caso das vacas adquiridas, tratou-se de *perigo*, considerando que “os próprios danos são interpretados como causas fora do seu controle”. Nos termos de Brüseke (2001), “perigo realizado é um desastre, terminando o percurso perigoso”.

Outra reflexão suscitada pela passagem transcrita se refere ao possível impacto do episódio sobre o papel desempenhado pelo pai enquanto orientador do trabalho, ou, nos termos de Ingold, o *praticante habilidoso*. Considerando a família enquanto hierarquia, em

²⁴ Brüseke (2001 p. 40-41) citando Luhmann (1990). [LUHMANN, Niklas. *Risiko und Gefahr*. In: _____. *Soziologische Aufklärung 5. Konstruktivistische Perspektiven*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990]

que as relações de gênero entre o casal estabelecem a divisão sexual do trabalho entre feminino/mãe e masculino/pai, impõe-se a este a condução da produção. No fato em questão, pode-se considerar que a incapacidade de conduzir a implantação inicial de uma nova atividade produtiva, a produção de leite, poderia levar ao questionamento de sua própria autoridade enquanto “governo” do processo de produção, em um contexto em que o engajamento na luta pela terra já demonstraria a incapacidade de condução do processo de reprodução social daquela família nas condições correntes da comunidade originária.

Para Klaas Woortmann (1990):

A liberdade do *sitiante*, do *agricultor*, do *colono* – sempre um *pai de família*, ou mesmo um patriarca, chefe de uma *Casa Tronco*, como entre os *colonos* do Sul – tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho. A transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em *terra de trabalho*, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai “governa”, “dá a direção” do processo de trabalho. (WOORTMANN, 1990, p. 43, grifos do autor)

Talvez, este contexto ajude a entender as palavras do Ademir: “Eu, pra mim, do tempo que eu era criança, pequeno, na época, que eu me lembre, foi uma das maiores frustrações que o meu pai teve, foi essa”.

Na perspectiva de Ingold, ressalve-se o *saber* que é transmitido de pai para filho. Ou, então, consideramos a passagem como sendo o *praticante habilidoso* (pai) que orienta o *aprendiz*, uma orientação no sentido de permitir que este descubra o caminho, *habilidosamente*.

Por fim, a outra questão assinalada anteriormente, referente à importância do *plantar* para estes agricultores. Mesmo com a possibilidade de prejuízo na produção, observamos a expressão da “necessidade” do plantar como uma condição para sua realização camponesa, expressão da condição deste agricultor. Este *plantar* surge no discurso político, onde é acionado no embate com opositores – no caso, os latifundiários da região.

Esse elemento é evidenciado por Ademir, quando, tal como outros interlocutores, ressaltava que os técnicos que prestavam assistência técnica para os assentados os alertavam sobre as condições diferenciadas da região.

Isso são coisas que tem gente que nos diz desde que chegamos (os técnicos da EMATER). Desde que chegamos, dizem: “Não, a região não adianta vocês plantarem”. Não, mas, tchê! Vocês tão bancando os fazendeirinhos, querem que criemos gado e coisa. Não, nós queremos plantar. Nós somos colonos. Tem que plantar!

É o plantar que identifica o colono.

Naquela época e lugar, a criação, o “criar gado e coisa”, identifica o latifundiário. Querer seguir naquela direção seria querer “banciar o fazendeirinho”. Diminutivo que parece indicar uma intenção que não se realizaria – querer ser o que não é.

Então, referenciados em Ingold, podemos afirmar que os agricultores assentados, imersos em um “processo complexo”, desenvolvem conhecimentos por meio da sua prática, “através de um envolvimento contínuo, na percepção e na ação, com os constituintes do seu ambiente” (INGOLD, 2015, p. 234).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, gostaria de ressaltar um último aspecto relativo ao **desenvolvimento**.

Para tanto, retomo o reconhecimento do local de onde falo – ou falava – e a motivação para a condução da pesquisa. Na condição de técnico da autarquia federal responsável pela direção da política agrária nacional, considerava a possibilidade de a pesquisa do TCC contribuir para a qualificação de políticas públicas dirigidas a esse grupo social – agricultores e agricultoras assentadas da reforma agrária. Enquanto responsável técnico institucional pela coordenação de um projeto de desenvolvimento regional de assentamentos rurais, fazia parte de minhas atribuições buscar elementos para pensar e sugerir alternativas de desenvolvimento para os assentamentos. As questões orientadoras da pesquisa para o TCC integravam tanto o escopo da ação institucional quanto a ação específica sob minha responsabilidade. Na ação de acompanhamento do processo regional, sobressaiu-se primordial a compreensão da demanda do movimento social para a constituição de uma política pública específica para os assentamentos de reforma agrária da região de Bagé, dado o discurso das lideranças sobre as condições locais “adversas” àquele público que constituiria a especificidade a ser reconhecida em termos de uma política dirigida. A compreensão dos sentidos desta *condição específica* parecia ser a chave para o estabelecimento de ações de desenvolvimento.

Como ressaltado no início do trabalho, embora Ingold não aborde nada próximo ao “desenvolvimento rural” em sua obra, a forma como trata do tema do desenvolvimento permite alguns *insights* sobre o assunto.

Ingold afirma em entrevista que precisamos pensar a antropologia como uma disciplina especulativa, uma “filosofia que inclui as pessoas”. Segundo ele,

Não basta pensar como foi ou é a vida humana em certos lugares ou momentos, mas como poderia ser, **que tipo de vida poderíamos viver**. A antropologia deveria olhar para o futuro através da lente do passado. Deve ser especulativa e não apenas uma disciplina empírica. (SCHEINSOHN, 2013, grifos nossos)

Então, instigado pelo próprio autor, penso que quando trata dos *processos de desenvolvimento*, tratando da relação entre organismo e ambiente, Ingold oferece pistas para enfatizarmos – ou olharmos por outro prisma – o *desenvolvimento enquanto processo*.

Tomemos duas passagens do autor:

Em cada momento do processo de desenvolvimento, estruturas formais ou disposições comportamentais já estabelecidas no decorrer de interação anterior estão envolvidas, através de nova interação, na geração de mais outras. (INGOLD, 2010, p. 12)

(...) o processo evolucionário torna-se um processo no qual os organismos, através de sua presença e suas atividades, estabelecem as condições sob as quais os seus sucessores estão fadados a viver suas vidas. (INGOLD, 2010, p. 16)

Aqui, Ingold está tratando de organismos, ambientes e sua interação, evolução (e história!). O autor parece remeter a situações no âmbito da “natureza”, principalmente quando está debatendo sobre mecanismos do inato, DNA, etc. Mas, considerando que ele propõe uma abordagem para além da oposição natureza-cultura, penso que estas e outras passagens também permitem uma leitura no âmbito do processo social (embora, mantendo-me, assim, preso à oposição natureza-cultura).

Então, penso, o autor enfatiza mais o processo do que o resultado. Principalmente quando considera que não há um plano (logo, um objetivo/meta). O ambiente (em processo!) é forjado pelos antecessores (os organismos), que “através de sua presença e suas atividades, estabelecem as condições sob as quais os seus sucessores estão fadados a viver suas vidas”. E, o forjar do ambiente pode levar a ampliação das capacidades.

Assobiar uma melodia ou contar uma história que você ouviu no passado é como andar pelo campo ao longo de um caminho que você já percorreu antes em companhia de outra pessoa. Você se lembra à medida que vai andando, sendo que aqui ‘ir andando’ significa encontrar seu próprio caminho pelo terreno de sua experiência. Assim a melodia ou história é uma jornada realizada, ao invés de um objeto encontrado, e ter se lembrado do caminho já é ter chegado ao seu destino. (INGOLD, 2010, p. 23)

Nesta perspectiva, pensar *desenvolvimento enquanto processo* é prestar atenção ao ambiente, com ações (práticas) para forjá-lo no agora – o caminho –, e *desenvolvimento enquanto resultado* é “ter se lembrado do caminho na chegada ao seu destino”.

O desafio está, parece-me, em buscarmos tirar todas as consequências da perspectiva do “processo-complexo”, onde, mais do que buscar o cumprimento de “metas de projeto”, traçadas em um passado talvez já distante, torna-se essencial considerar o desenvolvimento do conhecimento – “componente” fundamental – como “perpetuamente ‘em construção’ dentro do campo das relações estabelecidas através da imersão do ator-observador em determinado contexto ambiental” (INGOLD, 2015, p. 234). Assim, atribuindo *legitimidade* ao desenvolvimento enquanto processo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos da Campanha (RS) terão Pronaf Sustentável**. Notícias (19/08/10). 2010a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=14791%3Assentamentos-da-campanha-rs-terao-pronaf-sustentavel&format=pdf&option=com_content&Itemid=278>. Acesso em 21 ago. 2010.
- _____. **Cassel anuncia R\$ 8,5 milhões para a compra de patrulha agrícola para a região Sul do RS**. Notícias (29/06/10). 2010b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=14581%3Acassel-anuncia-r-85-milhoes-para-a-compra-de-patrulha-agricola-para-a-regiao-sul-do-rs&format=pdf&option=com_content&Itemid=278>. Acesso em 21 ago. 2010.
- _____. **Cassel anuncia investimentos para agroindústria familiar e participa de seminário no RS**. Notícias (29/06/10) 2010c. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=14572%3Acassel-anuncia-investimentos-para-agroindustria-familiar-e-participa-de-seminario-no-rs&format=pdf&option=com_content&Itemid=278>. Acesso em 21 ago. 2010.
- _____. **Entrega de caminhões garante abertura e recuperação de estradas em assentamentos do RS**. Notícias (31/08/09). 2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=12915%3Aentrega-de-caminhoes-garante-abertura-e-recuperacao-de-estradas-em-assentamentos-do-rs&format=pdf&option=com_content&Itemid=278>. Acesso em 21 ago. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 156-183.
- BRÜSEKE, Franz Josef. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2014.
- COMERFORD, John Cunha. Reunindo: as *reuniões* de trabalhadores rurais como formas de sociabilidade. In: _____. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999a, pp. 47-79.
- _____. Discursando: os *discursos* dos dirigentes camponeses e as ambigüidades do *falar bonito*. In: _____. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999b, pp. 93-126.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and Its Margins: comparative ethnographies. In: _____. (Eds.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 3-33.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015a [2011].

_____. Histórias contra a classificação: transporte, peregrinação e a integração do conhecimento. In: _____. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015b, p. 230-242.

_____. **Ambientes para la vida**: conversaciones sobre humanidad, conocimiento y antropología. Montevideo: Ediciones Trilce/UdeLaR, 2012.

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010 [2001].

_____. From the transmission of representations to the education of attention. In: WHITEHOUSE H. (Ed.). **The debated mind**: evolutionary psychology versus ethnography. Oxford: Berg, 2001, p. 113-153.

SCHEINSOHN, Vivian. A antropologia em crise. Entrevista com Tim Ingold. **Jornal Clarín**: Ñ Revista de Cultura, Buenos Aires, 08 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/527726-a-antropologia-em-crise-entrevista-com-tim-ingold>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

SCHUCH, Patrice. A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Orgs.). **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015, p. 121-145.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. (Org.). **Movimentos Sociais e Engajamento Político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). **Cultura, Percepção e Ambiente**: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

WOORTMANN, Ellen F. *Ein gutes Land*: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: _____. (org.). **Significados da Terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, pp. 23-68.

_____. O sítio camponês. **Anuário Antropológico/81**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, pp. 164-203.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negoceia. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Tempo Brasileiro/UNB, 1990.

WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.